

-----MANDATO 2021-2025 -----
-----ATA DA 12ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
-----DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES,
-----REALIZADA EM 2024-04-10, NO PALÁCIO
-----DOS MARQUESES DA PRAIA E DE
-----MONFORTE, NA MEALHADA EM
-----LOURES-----

--- O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram nove horas e trinta e nove minutos, com a presença inicial da Srª. Vice-Presidente, das Senhoras Vereadoras e dos Senhores Vereadores:-----

- FERNANDA MARIA CARDOSO SANTOS-----
- GONÇALO FILIPE VINTÉM CAROÇO-----
- NELSON CÉSAR GONÇALVES BATISTA-----
- NUNO RICARDO CONCEIÇÃO DIAS-----
- PAULA ALEXANDRA FLORA DA COSTA MAGALHÃES BERNARDO -----
- PAULO JORGE PITEIRA LEÃO -----
- TIAGO FARINHA MATIAS-----
- VASCO ANTÓNIO PINHÃO RAMOS TELES TOUGUINHA -----

PONTO UM – Foi justificada a falta do Sr. Vereador Bruno Miguel de Oliveira Nunes, à presente reunião.-----

----- **RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA (MOD. T2)** -----

--- Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2), de dois mil e vinte e quatro, abril, oito, que registava um total de disponibilidades para o dia seguinte, no montante de nove milhões, duzentos e dezasseis mil, trinta e três euro e trinta e seis cêntimos.-----

--- Da Ordem do Dia previamente distribuída, constavam os assuntos seguintes:-----

PONTO 1. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 227/2024 - SUBSCRITA
-----PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E
-----SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS
-----DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
-----RESPEITANTES AO ANO ECONÓMICO DE 2023-----

PONTO 2. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 228/2024 - SUBSCRITA
-----PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E
-----SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AS
-----DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS
-----SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E
-----RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS,
-----CONSTANTES DAS PROPOSTAS N.ºS 107/2024 E 108/2024,
-----RELATIVAS AOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE
-----CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO ECONÓMICO
-----DE 2023, DOS SIMAR-----

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

--- Pelo Vereador, Sr. Paulo Piteira, foi solicitado que a ordem de apreciação das Propostas constantes da Ordem do Dia fosse alterada, o que mereceu a concordância da Câmara, passando a ser a seguinte:-----

PONTO DOIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 228/2024 - SUBSCRITA
PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AS DELIBERAÇÕES DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS
INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE
LOURES E ODIVELAS, CONSTANTES DAS PROPOSTAS N.ºS 107/2024 E
108/2024, RELATIVAS AOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2023, DOS SIMAR--

“Considerando que:-----
A. O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR) aprovou, na sua 59.ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de abril de 2024, a proposta n.º 108/2024, relativa à Prestação de Contas do ano de 2023; -----
B. Na mesma reunião foi igualmente aprovada a proposta n.º 107/2023, relativa ao Relatório de Gestão do ano 2023; -----
Tenho a honra de propor: -----
Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, para os efeitos do disposto pela alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Prestação de Contas e Relatório de Gestão dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023. -----
(...)” -----

--- Sobre a Proposta de Deliberação, foram proferidas as seguintes intervenções: -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, conforme foi acordado, começamos pela Prestação de Contas dos SIMAR e, nesse sentido, dava a palavra ao senhor Vereador Nuno Dias, para fazer uma breve apresentação das mesmas. -----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, relativamente à Prestação de Contas dos SIMAR, referente ao ano dois mil e vinte e três, fazer uma breve apresentação das mesmas e dar algumas notas que são fundamentais para o seu enquadramento e para percebermos, de uma forma muito clara e transparente, aquilo que estamos aqui hoje a tratar.-----
Assim, dizer que é com regozijo que digo que ao fim de cinco anos a apresentar prejuízos e saldos negativos acumulados, de mais de onze milhões de euros, dos quais tiveram de ser cobertos pelo Município de Loures, mais de seis milhões de euros, desses mesmos resultados positivos, as Contas que hoje

aqui são apresentadas e submetidas ao Executivo Municipal, apresentam um lucro e um resultado positivo superior a cento e oitenta mil euros.-----
Dar aqui uma nota que é importante, que é o facto de o ano de dois mil e vinte e três, marcar e inverter, de forma muito clara, aquilo que tinha sido a gestão dos últimos cinco anos, porque conseguimos, efetivamente, quebrar aqui algo que já estava quase que instituído, que eram os resultados negativos dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR). E, este resultado positivo acontece não obstante todas as dificuldades existentes e que continuam a existir, quer com a conjuntura nacional, quer com a conjuntura económica internacional, quer ainda com o surto inflacionista que tivemos. Apesar disso, os SIMAR conseguiram apresentar, de forma muito evidente e transparente, um resultado positivo no ano de dois mil e vinte e três. -----
Depois, outra nota fundamental, dizer que os rendimentos totais ascenderam os oitenta e três mil euros, muito também alavancado, não só pela atualização do tarifário, mas também pelo aumento dos locais de abastecimento e consumo de água.-----
A nível de gastos, também ascendeu os oitenta e três mil e euros. E o motivo deste aumento deveu-se, nomeadamente ao custo das mercadorias vendidas, ao agravamento de dez por cento de gastos com todo o pessoal, aos fornecimentos externos (em mais de dez por cento de aumento) e ao aumento da energia e dos combustíveis fósseis. -----
No caso das mercadorias vendidas e matérias consumidas de fornecimento de serviços externos dar nota do aumento registado neste domínio. A título de exemplo, pode-se referir o aumento de dois, ponto, sete, por cento, por exemplo, na EPAL. As Águas do Tejo Atlântico e a Valorsul, por seu lado, tiveram um aumento de seis, ponto, cinco e de dezanove, ponto, quatro, por cento, respetivamente.-----
No que concerne aos gastos com pessoal, de referir que, acima de tudo, deveu-se à valorização das carreiras remuneratórias, ao aumento da retribuição mensal mínima, ao aumento do subsídio de almoço, entre outros suplementos que tivemos, também, de fazer face. -----
A nível de investimento, a percentagem de execução do investimento, é de setenta e um por cento. Fazendo uma análise mais fina, no que diz respeito aos resultados de exploração, pode-se referir que o resultado global da

atividade de exploração, teve uma melhoria, face ao obtido em período homólogo de dois mil e vinte e dois. -----

As atividades de abastecimento de água e águas residuais, ao invés dos resíduos urbanos que se mantiveram, agravaram em cerca de um milhão e quatrocentos mil, a sua execução. -----

A execução orçamental total das receitas foi de oitenta e sete milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e oito, oitenta e sete por cento e a execução da despesa, cifrou-se nos oitenta e cinco, ponto, noventa e dois por cento.-----

Tendo em conta que os SIMAR, têm uma margem de equilíbrio orçamental, na ordem dos três, ponto, quatro milhões de euros. -----

Relativamente à Prestação de Contas, dar nota de que, a mesma, está acompanhada da Certificação Legal de Contas, que não foi objeto de qualquer reserva por parte dos auditores.-----

A nível do abastecimento de água, dizer que foi adquirido mais um por cento de água, comparativamente ao ano de dois mil e vinte e dois, e isto deve-se, não só ao aumento que tivemos dos locais de consumo, mas também a uma atualização da fórmula da estimação da rega dos espaços verdes. Neste domínio, dar nota que, neste último ano, tivemos uma descida no valor de água não faturada, de dois, ponto, cinquenta e nove por cento. Depois, dando aqui uma nota de enquadramento e de englobamento, dizer que nos últimos dois anos, tivemos uma diminuição de cinco, ponto, cinco, por cento, na água não faturada, sendo que este valor é o mais baixo dos últimos doze anos. -----

A nível de roturas, dizer que em dois mil e vinte e três, ocorreram menos setenta e quatro roturas, sendo que dessas setenta e quatro, cinquenta e seis, foram em condutas e oito em ramais. O que corresponde a um decréscimo de seis por cento, face ao período homólogo de dois mil e vinte e dois. -----

Nas águas residuais, o acréscimo de oito por cento dos gastos associados ao tratamento de águas residuais dos sistemas em alta, está muito associado ao preço aplicado deste serviço pelas Águas do Tejo Atlântico, a entidade também responsável por este serviço. -----

De referir, ainda, que os gastos com pessoal deste serviço, teve um incremento de dez por cento, pelos motivos que já aduzi anteriormente na explicação.-----

Relativamente aos resíduos urbanos, os mesmos tiveram um resultado com um agravamento em mais vinte por cento e, para tal situação, contribuíram, em muito, o aumento de gastos com o tratamento de resíduos, em cerca de vinte e quatro por cento, mais um milhão de euros, consequência direta do agravamento de dezanove por cento do preço da tonelada nos resíduos tratados e o preço pelo tratamento de resíduos entregues à Valorsul, com o agravamento de dezanove por cento, passando de trinta e cinco, ponto, trinta euros, para quarenta e dois, ponto, catorze euros, a tonelada. -----

Dar aqui também nota, que os gastos com a taxa de gestão de resíduos, tiveram um agravamento de trinta e três por cento, em resultado do aumento da TGR – Taxa de Gestão de Resíduos, também em cerca de cinquenta e cinco por cento, este aumento, passando de seis, ponto, cinquenta e três, a tonelada, para dez euros, ponto, vinte e oito. -----

Tivemos um aumento, também, na recolha seletiva. Aumentamos três por cento os índices de recolha seletiva e aumentamos a recolha dos resíduos orgânicos, em mais catorze por cento. -----

A nível de investimento, nos resíduos, umas notas muito breves. Assim, dizer que fizemos um investimento no ano anterior de quase setecentos mil euros, em contentorização. Cerca de dois milhões de euros na aquisição de oito novas viaturas de resíduos. -----

Salientar que este é o caminho que temos seguido e que vamos reforçar, também, no ano de dois mil e vinte e quatro, incluindo ao nível do investimento, por exemplo com a colocação de mais ecopontos distribuídos pelas Freguesias do Concelho. -----

Referir ainda outros dados relevantes a nível de gestão comercial, designadamente referir que cinquenta e sete por cento da base de clientes, está em Loures e quarenta e três por cento em Odivelas. Adiantar também que, comparativamente com o ano dois mil e vinte e dois, tivemos um aumento de mais de mil e oitocentos clientes (mais um por cento) e, destes, mil e oitocentos, estão no Concelho de Loures, são mil cento e sessenta e dois novos clientes. Verificou-se, também, um incremento de cinco por cento na água de consumos faturados, o que correspondeu a mais de um milhão de euros na água faturada face ao ano de dois mil e vinte e três. -----

A nível de reclamações, tivemos um aumento significativo das mesmas, de vinte e quatro por cento, comparativamente com o ano dois mil e vinte e dois. E, a explicação para estes valores, são reclamações na base dos resíduos, mas também temos que considerar, que aqui, efetivamente, tivemos a Valorsul fechada durante um período alargado de tempo, o que gerou um menor índice na capacidade de recolha e, ao mesmo tempo, um maior número de reclamações. No entanto, já está a funcionar e ao mesmo nível de funcionamento.-----

Portanto, senhor Presidente, é com orgulho que apresentamos este relatório de Prestação de Contas. Dar aqui alguns “bullet’s” que são essenciais, e fazer um pequeno resumo daquilo que foi a gestão e daquilo que são as Contas apresentadas pelos SIMAR, neste ano (2023) e dizer o seguinte: a nível de resultados líquidos, ao fim de cinco anos, tivemos, finalmente, resultados líquidos positivos, na exploração dos SIMAR. Reduzimos a água não faturada, em dois, ponto, cinquenta e nove por cento, para valores históricos nos SIMAR, que há anos não se apresentava. -----

Reduzimos em seis por cento, o número de roturas. Aumentámos, em três, ponto, três, por cento, a recolha seletiva. Continuámos e ampliámos a implementação da recolha seletiva de bio-resíduos, e aumentámos em mais catorze por cento. Investimos, também, em oito novas viaturas para os resíduos. -----

Temos mais clientes. Diminuímos em cerca de treze por cento, os acidentes de trabalho e aumentámos em trinta e um por cento, as horas de formação. E tivemos um aumento de treze por cento de faturação, através do débito direto. Portanto, senhores Vereadores, nem tudo está feito. Há ainda muito trabalho a fazer nos SIMAR, mas com esta Prestação de Contas, de facto, aquilo que temos que demonstrar é que o caminho que seguimos e que começámos em dois mil e vinte e um, está a dar resultados, que, aliás, são expressivos. E a expressão desses mesmos resultados, são as Contas que aqui hoje apresentamos. -----

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, em primeiro lugar, queria agradecer-lhe a disponibilidade para fazer esta alteração na Ordem do Dia, porque, de facto, hoje, do ponto de vista pessoal e profissional, tenho uma dificuldade que me impede, a partir de determinada hora, poder continuar na

reunião. Por isso, quero agradecer essa disponibilidade, que me possibilita trazer aqui alguns pontos de vista que, no entender da CDU, devem ficar, claramente, expressos. -----

Senhor Presidente, lemos com muita atenção, o documento que nos foi distribuído, neste caso, a Prestação de Contas e o Relatório da atividade desenvolvida durante o ano de dois mil e vinte e três e, naturalmente, que temos opinião sobre aquilo que aconteceu.-----

Em primeiro lugar, dizer o seguinte: creio que esta intervenção do senhor Vereador Nuno Dias, que fez aqui a apresentação do documento, vai na mesma linha, exatamente, em que o preâmbulo situa o próprio documento e que é uma linha que, no essencial, se faz um exercício, que, na minha opinião, é narcísico e em que se tecem loas à excelência da gestão do Partido Socialista, à frente dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos de Loures e Odivelas. É, naturalmente, um exercício, que não se podia esperar que fosse feito de outra forma, por quem tem a responsabilidade direta na governação. Agora, ele está é longe, de traduzir a realidade que, mesmo que consultando apenas e só, aquilo que está expresso no próprio documento, é possível concluirmos. Desde logo, porque creio que acaba por escamotear, que o resultado positivo que foi alcançado, e que aqui hoje foi classificado como sendo um lucro alcançado - e os SIMAR não têm, propriamente, essa vocação de darem lucro -, foi fruto da boa gestão e não mais do que isso. Pois, é preciso, primeiro, relembrar o histórico, ou seja, que os exercícios anteriores foram fortemente afetados pela situação da pandemia, que complicou, e bastante, a arrecadação da receita.-- Por outro lado, é preciso, também, dizer, que o resultado positivo que se conseguiu alcançar no ano dois mil e vinte e três, deve-se, essencialmente, ao brutal aumento do tarifário que os SIMAR decidiram aplicar aos munícipes. Aliás, é por via da arrecadação da receita proveniente do aumento do tarifário, que é superior a sete, vírgula, quatro por cento, que se chega ao resultado positivo. Assim também é fácil. Diria eu. Difícil, é encontrar o justo ponto de equilíbrio, entre as preocupações de ordem social e, em simultâneo, conseguir equilibrar as contas. -----

Mas as razões que nos levam a estar preocupados com o futuro dos SIMAR, e que este documento, de alguma forma, vem reforçar essa preocupação, têm que ver com o facto de os SIMAR apresentarem uma situação bastante

desequilibrada, nalgumas das suas áreas de atividade, em particular, no domínio dos resíduos sólidos urbanos.-----

Os resíduos sólidos urbanos, se olharmos para a conta de exploração, têm um resultado negativo, nesta área de atividade, superior a oito, vírgula, dois milhões de euros. Valor este que, obviamente, não se pode escamotear, ignorar ou assobiar para o lado, e exigem, naturalmente, medidas de outro tipo, para se proceder ao equilíbrio. -----

O Partido Socialista, na gestão dos SIMAR, adotou, no caso do ano dois mil e vinte e três, e isso está, claramente, enunciado neste documento, uma estratégia, que foi a estratégia de suportar o “*deficit*” de exploração da área dos resíduos, à custa do “*superavit*” conseguido nas duas outras áreas de atividade. A água de abastecimento e as águas residuais. É uma prática, como todos nós sabemos, pouco recomendada, para não dizer condenada, pela entidade reguladora, pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento, que recomenda, exatamente, que a conta de exploração seja feita, ou, neste caso, o exercício económico, seja feita com base no equilíbrio das diferentes áreas de atividade.-----

Portanto, creio que é por via deste artifício, que se consegue alcançar algum equilíbrio nas Contas. -----

Mas ainda temos outras preocupações, no domínio económico, associadas à situação dos SIMAR. Constatamos que há, de facto, uma circunstância que não está explicada e gostávamos que alguém nos pudesse explicar, que tem que ver com a diferença entre a faturação e a cobrança. No caso concreto, a faturação, registou um acréscimo, que é descrito no próprio documento, mas, em contrapartida, faturou-se mais, vendeu-se mais água, mas a arrecadação da receita diminuiu. E isto tem que ser explicado. Porque se se faturou mais, se se vendeu mais água e há mais clientes, como é que se explica que se esteja a arrecadar menos receita e que seja uma componente muito específica dos clientes dos SIMAR, nomeadamente, as autarquias, que contribuem com a maior fatia para este “*deficit*”. -----

Concretamente, aquilo que acontece, no que tem que ver com as autarquias, é que elas são responsáveis por setenta e nove por cento da água faturada, mas não paga e isso significa qualquer coisa como um, vírgula, dois milhões de euros. Ora, aquilo que nos compete aqui perceber, é quem é que não está a

pagar a água. Quais são as autarquias que, neste momento, não estão a pagar a água aos SIMAR e porque é que isso está a acontecer. -----

O senhor Presidente tem dito muitas vezes que, aqui, neste Município, quem não cumpre as suas obrigações, tem que ser penalizado por isso. Ora bem, então vamos lá ver quem é que vai ser penalizado. Portanto, gostávamos, se possível, que nos explicassem, relativamente a esta matéria, o que é que estão a pensar fazer. -----

Por outro lado, dizer, também, o seguinte: passando em revista este documento, não se consegue encontrar uma visão estratégica para o futuro dos SIMAR, em vários domínios de atividade. E uma primeira questão que se coloca, é a questão que tem que ver com o facto de não haver um robusto plano de investimentos, que suporte a redução das perdas de água registadas na rede que, até agora têm vindo a ser combatidas através do empréstimo iniciado pela CDU e das obras lançadas, ainda durante os mandatos da CDU, que têm permitido reduzir a água não faturada. E não se consegue vislumbrar, como é que, no futuro, se vai prosseguir neste caminho que é essencial para, de facto, se reduzir o desperdício. E o desperdício, neste momento, é muito grande, porque a água não faturada, corresponde a trinta e um, vírgula, dois por cento, de toda a água adquirida pelos SIMAR, o que significa, do ponto de vista económico, qualquer coisa como sete milhões, e cem mil metros cúbicos ao ano. Portanto, naturalmente, este é um problema que não podemos ignorar. É um problema que vem de trás, não é um problema da gestão do Partido Socialista, é um problema que é recorrente nos sistemas, e que remete para uma outra necessidade, do ponto de vista da adoção de uma linha de estratégia e pensamento e ação, relativamente a este domínio de atividade, que é o reclamar, junto de quem tem responsabilidades relativamente a esta matéria, no caso, a Administração Central, da criação de linhas de financiamento e de apoio, àqueles que pretendem melhorar a condição das redes. -----

E isto não é só um problema do Concelho de Loures. É um problema nacional. E, infelizmente, o documento, não faz a mais pálida referência a esta necessidade, nem se conhecem iniciativas que vão no mesmo sentido. O mesmo, aliás, se pode aplicar a um outro domínio de atividade, que contribui para a situação desequilibrada que se regista hoje nos resíduos sólidos urbanos. Porque a situação desequilibrada que se regista hoje nos resíduos sólidos urbanos, tem causas objetivas. E as causas objetivas, têm que ver com

o acréscimo muito significativo dos preços dos sistemas em alta, no caso do tratamento e, em particular, do sistema da Valorsul, que é, aliás, comum a todas as empresas do universo EGF – Empresa Geral do Fomento, à escala do país. Houve, só no ano de dois mil e vinte e três, conforme o próprio documento indica, um acréscimo de mais de dezoito por cento nos custos associados ao tratamento de resíduos sólidos, pagos pelos SIMAR, ou seja, os municípios de Loures e Odivelas. -----

E este caminho, é um caminho que já vem de trás, com percentagens de aumento que se situam sempre, ou nos dez, ou mais de dez por cento ao ano, nos últimos anos. Isto é um caminho de insustentabilidade desta atividade. E ou se arrepia caminho e se criam condições, através de medidas profundas que levem à reversão daquilo que foi a privatização em desfavor dos municípios e dos municípios, ou, então, esta atividade, a prazo, vai continuar a trazer enormes problemas, não só ambientais, mas também, e sobretudo, económicos, a quem tem a responsabilidade de exercer, no caso, as autarquias locais. -----

Portanto, aquilo que nós entendemos, é que, de facto, este documento que nos é apresentado, não tem uma linha que vá no sentido de “atacar” dois problemas essenciais que aqui já foram identificados nesta intervenção, que é a questão da necessidade de investimento na conservação e manutenção das redes de água de abastecimento e, em simultâneo, criar condições para que os custos na atividade de resíduos sólidos urbanos, sejam diferentes daquilo que neste momento é possível encontrar. -----

Por outro lado, registamos que, ao contrário do que aqui foi dito, há insatisfação em relação ao trabalho desenvolvido pelos SIMAR. O número de reclamações que aqui foi atribuído, apenas e só, aos resíduos sólidos urbanos, mas que o próprio documento indica que não foi só nesse domínio de atividade que se registou, é um indicador seguro de que há descontentamento das pessoas em relação àquilo que vai acontecer, nomeadamente, no facto de terem acrescido mais de quatrocentas reclamações, por comparação com o período homólogo, com o ano anterior, dá boa nota de qual é o estado de espírito que os municípios têm, em relação ao serviço que lhes é prestado. -----

Por último, mas não menos importante, dizer que no domínio dos resíduos sólidos urbanos, há ainda outras questões que não podemos deixar de colocar. É referido que o município, neste caso os SIMAR, elaboraram, em dois mil e

vinte e três, o PAPERSU - Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos. O documento diz “*elaboração do PAPERSU*”, no entanto, não há uma linha nem uma palavra sobre o que é que isso é. E não se consegue perceber como é que se vai gerir esta situação em termos de futuro. Provavelmente, foi o texto que desapareceu, porque eu não acredito que se tenha colocado um título no documento, para depois não se dizer nada a seguir, sobre o que é que se passa. -----

Mas, de facto, nós ficamos sem saber como é que se vai dar resposta ao problema dos bio-resíduos que são referidos “*En passant*” no preâmbulo, mas que nada é dito no texto, e ficamos sem saber como é que se vai resolver outros domínios de atividade, nomeadamente, em relação à gestão da frota, à tipologia de contentorização que se vai adotar e a um Plano Diretor que o próprio PAPERSU se deveria assumir enquanto tal, para esta atividade num futuro mais próximo. -----

Portanto, isto são fatores muito preocupantes, na nossa opinião, e que nos levam a ter, relativamente aos SIMAR e a esta gestão, fundas preocupações em relação à bondade que aqui foi tentada ser posta em evidência, tecendo loas à sua qualidade, mas, na nossa opinião, está bem longe de estar a conseguir dar as respostas que os SIMAR, neste momento, precisam. -----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Paulo Piteira, começo por dizer que muitos dos indicadores negativos no que diz respeito inclusivamente aos resíduos sólidos urbanos, que o senhor Vereador evidenciou, eu também os evidenciei, nomeadamente no que diz respeito às taxas de resíduos, quer na Valorsul, quer a cobrança da TGR – Taxa de Gestão de Resíduos.-----

Mas quero referir uma nota importante: quando fazemos um exercício de memória, não podemos limitar o exercício de memória, à memória que nos convém. -----

O senhor Vereador assume aqui que nos esquecemos dos efeitos que a pandemia teve na Prestação de Contas dos SIMAR. Mas eu, ou muito me engano, ou, em dois mil e dezoito, a pandemia ainda não nos tinha assolado e foi quando apresentámos resultados negativos, pela primeira vez, nos SIMAR. Que eu me lembre.-----

Portanto, senhor Vereador, vir dizer que os efeitos externos e a pandemia foram os motivos que fizeram “*descarrilar*” a Prestação de Contas dos SIMAR em anos anteriores, isso é um mito. E é um grande mito. -----

Importa também afirmar, a propósito da gestão e deste relatório de Prestação de Contas, que não estamos nem nunca estivemos a enganar ninguém. O objetivo do Conselho de Administração dos SIMAR e o grande objetivo do Município de Loures, quando assumiu a Administração dos SIMAR, também com o Município de Odivelas, foi, primeiro, resolver um grande problema, que era o problema de solvabilidade da empresa. Uma entidade – recorde-se - que nos cinco exercícios anteriores acumulou resultados negativos na ordem de onze milhões e meio de euros, parece-me que tem um problema grave, pelo que, antes de atacar outros problemas, primeiro, tem de mitigar ou resolver este, o que não aconteceu como, aliás, o senhor Vereador bem sabe, porque estava nessa administração. -----

Relativamente à arrecadação de receita que o senhor Vereador referiu, gostaria de referir ao senhor Vereador que, em dois mil e vinte e três, a Câmara de Loures (e a Câmara de Odivelas), esteve a fazer um trabalho exaustivo, no que diz respeito à medição das áreas efetivas, por estimativa, nos espaços verdes. Note-se que este é um grande fator da dívida das autarquias para com os SIMAR. E como esse trabalho só foi finalizado em dezembro de dois mil e vinte e três, e é um dos grandes bolos efetivamente, até o trabalho estar finalizado, estávamos em verificação de faturação e, por isso, não foi cumprido. -----

Dar aqui uma outra nota, que, segundo indicações que recebi, de facto, ainda temos algumas Juntas de Freguesia que estão a regularizar planos de pagamentos e a fazer o contraponto de algumas faturas que não foram efetivamente, rececionadas por eles. Inclusivamente, houve contratos que ainda não estavam assinados e estavam a ser faturados, como, por exemplo, na Freguesia de Moscavide e Portela, que também ainda está a regularizar pagamentos. Depois, Santo António dos Cavaleiros e Frielas que regularizou os pagamentos todos, e que já não entra nesta Prestação de Contas, mas que, efetivamente, já foi regularizado em dois mil e vinte e quatro. -----

Portanto, no que diz respeito à dívida, muita dela, em primeiro, foi para uma conferência entre Loures e Odivelas, no que diz respeito às estimativas nos espaços verdes. Reclamações, relativamente a faturação, também, das

autarquias, em algumas zonas, em que essa estimativa estava a ser feita. Portanto, senhor Vereador, nada estava aqui a ser escondido. -----

Em relação aos bio-resíduos, o trabalho que estamos a fazer, é um trabalho que, como o senhor Vereador saberá bem, porque também o começou nos Serviços Intermunicipalizados, relativamente ao qual, temos que falar com todas as entidades que façam essa gestão, porque não vai ser uma aplicação fácil no concelho. Estamos, ainda, a estudar e a ver os resultados dos dois projetos piloto que temos, para a implementação dos bio-resíduos, mas temos que nos adaptar a essa realidade e temos que fazer que ela seja, efetivamente, uma realidade no nosso concelho, e que os passos que estamos a dar, sejam os passos certos e seguros, para que seja uma boa implementação.-----

Senhor Vereador Paulo Piteira, depois, quando o senhor fala da gestão de frota, eu fico atónito com a capacidade de não haver uma gestão de frota, durante oito anos. Efetivamente, não houve gestão de frota durante oito anos. Existiam alugueres operacionais, existiam ajuste diretos para fazer alugueres operacionais, até com motorista, mas não havia uma gestão de frota. E o que nós estamos a fazer, é uma gestão, que não é uma gestão de frota. Estamos a fazer uma gestão para a substituição efetiva da frota. E a prova disso, é que, num ano, já conseguimos fazer a aquisição de seis. Temos planeadas adquirir mais seis este ano, que não é um acréscimo à frota que temos. É, efetivamente, uma gestão, para a substituição de uma frota que está envelhecida e que o investimento que foi feito ao longo dos anos, não foi o suficiente, para que possamos fazer agora uma gestão correta dos veículos para a recolha de resíduos.-----

Portanto, senhor Vereador Paulo Piteira, o exercício crítico que fez hoje aqui, é o exercício que deveria de ter feito durante oito anos. E não o fez. Aliás, todos os problemas que temos com os abastecimentos dos sistemas em alta e com o aumento brutal dos custos de abastecimento dos sistemas em alta, é um problema que não nos afeta só a nós, mas que, a nós, tem um grau muito específico, no que diz respeito ao desequilíbrio da atividade de exploração dos resíduos. E quando o senhor Vereador diz que a boa prática da exploração das áreas, devia de se cobrir por si só, nunca nos SIMAR ou nos SMAS, os resíduos cobriram por si só, a exploração, no que diz respeito aos resultados de exploração da área em questão. -----

Portanto, senhor Vereador, eu acredito que o exercício que fez aqui, foi o exercício daquilo que queria ter feito e que talvez não tenha podido fazer durante oito anos. Mas naquilo que podem contar connosco e que, aliás, já fizemos, foi, em primeiro lugar, termos dado, novamente, solvabilidade à empresa, depois de seis anos com resultados negativos, superiores a onze milhões de euros. E foi esta Câmara Municipal, neste mandato, que começou por cobrir os prejuízos que já vinham desde dois mil e dezoito. Não nos esqueçamos disto. Aliás, os SIMAR davam resultados negativos, e nunca tinham sido cobertos prejuízos, exceto a partir de quando tomámos posse a quinze de outubro de dois mil e vinte e um. -----

Portanto, senhor Vereador, eu acredito que o exercício que aqui fez, foi mais o exercício daquilo que queria ter feito e, ou não conseguiu por falta de arte, ou não o deixaram por falta de engenho. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, há uma matéria que importa esclarecer-se, até porque ela tem sido colocada várias vezes. Portanto, senhor Vereador Nuno Dias, relativamente aos devedores, no caso, as Juntas de Freguesia, e uma vez que essa dúvida tem sido recorrente ao longo das reuniões, de forma legítima, aliás, está preparado para dizer como é que está o ponto de situação, ou quer dar essa resposta posteriormente, para que esta questão fique clarificada? -----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, não tenho comigo o mapa atualizado, ao dia de hoje, mas tenho o total da dívida das Juntas de Freguesia do Concelho de Loures e Odivelas, que são quatrocentos e dois mil euros. -----

Dizer, também, que há Juntas com planos de pagamentos em vigor e há Juntas com reclamações de faturação que não lhes era devida e que foi erradamente enviado para essas Juntas de Freguesia. Não tenho os valores exatos, mas posso dizer que, por exemplo, a Junta de Freguesia de Moscavide e Portela, tem, à data de trinta e um de dezembro, cento e noventa mil euros, em dívida em acordo, e a União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho, cento e quarenta mil euros em acordo, também, a União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, treze mil ... -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, mas esse acordo está a ser pago ou não?-----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, a União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho está. A União de Freguesias Moscavide e Portela está a elaborar o acordo, porque há reclamações de faturas que estão a ser tidas em conta pelos SIMAR, porque muita da faturação corresponde a contratos não assinados.-----

O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: Senhor Presidente, queria dar umas breves notas sobre a Prestação de Contas dos SIMAR. E começava por dar os parabéns, porque, efetivamente, conseguimos ter lucro neste Exercício, contrariando os prejuízos dos últimos cinco anos. -----
Depois, dizer que me custou ouvir o senhor Vereador Paulo Piteira, dizer, no início da sua intervenção, que os SIMAR não têm obrigação de dar lucro. Mas senhor Vereador, eu diria o contrário. Na minha opinião, as empresas municipais não têm obrigação de dar prejuízo. Aliás, acho que é fundamental termos uma gestão criteriosa e digna, e que vá ao encontro das necessidades do Município, para não acontecer o que aconteceu, que foi o facto de o Executivo do PS e do PSD, terem que injetar seis milhões de euros, para conseguirem com que o passivo dos SIMAR fosse reduzido. -----
Estamos a falar em cinco anos de resultados negativos, de onze, vírgula, oito milhões de euros. Nós, em dois mil e vinte e três, conseguimos ter aqui um resultado positivo, de, aproximadamente, cento e oitenta e dois mil euros. Apesar de não ser um grande resultado positivo, é um resultado positivo. E este resultado positivo, acrescentando aqui a redução de água não faturada, a redução das perdas de água, o aumento da recolha seletiva, o investimento em viaturas, que foram seis, perspetivando-se mais seis para dois mil e vinte e quatro, o aumento da formação dos trabalhadores, além de uma alínea que tem a ver com a faturação por débito em conta, o que permite que haja uma fidelização, logo, um aumento, uma vez que, assim, os clientes acabam por cumprir com as suas obrigações. E quanto mais faturação tivermos por débito em conta, menos acresce a dívida.-----

Portanto, efetivamente, é um resultado positivo, e um resultado positivo com investimento. Não o necessário, porque ainda há muito trabalho a fazer, mas também há muito trabalho já feito. Por isso, entendo que se deve de dar mérito à gestão que foi feita pelos SIMAR e à coragem que este Executivo Municipal teve, de resolver um problema que os senhores Vereadores da CDU não conseguiram resolver anteriormente, desde dois mil e dezoito a dois mil e vinte e dois, mas depois quando fazem uma retrospectiva e um panorama sobre os SIMAR, parece que está tudo mal. Mas estava tudo mal, era quando os senhores cá estavam. Não tenho dúvida, absolutamente, nenhuma. -----
Que há muita coisa para melhorar, há. Mas este é o caminho que estamos a trilhar. Temos que continuar a trabalhar e a fazer com que os problemas possam ser resolvidos. -----
Volto a reafirmar que os SIMAR fazem falta e estamos cá para os manter e fazer com que deem resultados positivos. E é neste sentido que estamos a trabalhar.-----
O resultado não é o ideal. Não. Mas é melhor do que foi nos últimos cinco anos. Portanto, dizer que estamos no bom caminho. Estamos a trabalhar com rigor e é este o caminho que temos que fazer. E o resultado mostra os critérios da boa gestão.-----

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, não queria intervir, no entanto, a intervenção do senhor Vereador Nelson Batista, suscitou-me aqui algumas questões. O senhor Vereador já nos tem brindado com estas intervenções “*redondas*”, bonitas, de que é tudo bonito, os resultados foram todos muito bons, a gestão foi muito boa e positiva, e, por isso, vamos congratular toda a gente. No entanto, o senhor, que até tem formação em contas, esqueceu-se de uma coisa fundamental, que foi agradecer a todos os munícipes deste concelho, que pagaram mais sete e meio por cento de água. É a esses que o senhor também tem que agradecer. Esta gestão, nomeadamente, o valor essencial dos resultados que estamos aqui a apresentar, vem dos bolsos dos munícipes. Essa é que é a verdade e que o senhor Vereador se esqueceu de mencionar. Provavelmente, foi uma questão de memória.-----

Senhor Vereador Nelson Batista, como é que o senhor é capaz de omitir o essencial desta discussão, que é o facto de ser à conta dos munícipes deste Concelho, do dinheiro dos munícipes deste concelho e que tanta falta lhes faz, que o senhor teve os resultados que teve. Isso o senhor não mencionou. E isso não é sério.-----

O senhor pode fazer um discurso “*redondo*” e bonito. Está no seu direito. Agora, falta uma parte essencial. E já agora senhor Vereador, o PSD também esteve nessa gestão, durante quatro anos. Não se esqueça disso, porque é fundamental saber os problemas que enfrentámos nessa data. É só isso que tenho para dizer.-----

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, em primeiro lugar quero agradecer os esclarecimentos que foram produzidos por algumas das intervenções e, naturalmente, confrontar os autores de algumas das afirmações, com outros factos. -----

Em primeiro lugar, dizer o seguinte: daquilo que percebi da intervenção do senhor Vereador Nelson Batista, estamos no bom caminho. Bem, o bom caminho, é qualquer coisa como aumentar, de forma muito significativa, o tarifário aos munícipes. Foram sete, vírgula, quatro por cento, pelas nossas contas, o que significou, na prática, que todos os meses, as pessoas desembolsaram mais alguns euros e, grosso modo, e já explicaremos mais adiante isso, as pessoas pagaram o valor equivalente a mais um mês de tarifário, pelo menos, por comparação com aquilo que tinha acontecido em dois mil e vinte e dois. -----

Eu diria que assim é fácil chegar a bons resultados, sobretudo, quando se confronta esta atitude da gestão do Partido Socialista, que tem no Partido Social Democrata, a sua mais fiel muleta. É difícil, de facto, contrapor, a esta atitude, aquela que foi a atitude que o Partido Socialista teve, em anteriores mandatos. Os senhores dizem que no passado, não tivemos coragem de fazer uma série de coisas. Mas senhor Vereador Nuno Dias, os senhores esquecem-se de uma pequena verdade, que é o facto, de quando troucemos aqui uma proposta de tarifário, que visava, exatamente, atualizar o tarifário dos Serviços Intermunicipalizados, ao valor da inflação, e não era aumentar, era atualizar até ao valor da inflação registada, os senhores chumbaram-na. Chumbaram-na! E agora vêm dizer que a gestão foi péssima e que no nosso tempo isto foi uma

desgraça? É natural. Então se nem sequer foi possível atualizar ao valor da inflação, ou seja, condenar os SIMAR a viver com menos do que tinham vivido no ano anterior, que resultado é que se podia esperar?-----
Portanto, é, de facto, um exercício de enorme desfaçatez, do ponto de vista político, ter este tipo de argumentos, em sede da apreciação da situação económica dos SIMAR.-----
Por outro lado, dizer o seguinte: a CDU enfrentou, sobretudo no seu último mandato, uma situação completamente nova, naquilo que tem que ver com a arrecadação da receita dos SIMAR. Consequência de uma pandemia que afetou toda a atividade económica, como todos nós sabemos. E escusam de obliterar esse facto, que é da maior importância, para tentar justificar a maldade da gestão da CDU. É porque, de facto, essa condicionante existiu e condicionou aquilo que foi o resultado económico nesses anos. -----
Depois, dizer, também, o seguinte: de facto, é fácil reduzir a água não faturada. É fácil. Pela estratégia do Partido Socialista, é muito fácil. Basta alterar a fórmula de cálculo da estimativa. Não fazer nenhum investimento em redes, porque esta alteração de água não faturada, resultou do investimento feito em condutas, já pusemos isso aqui em evidência, e esse sim, foi muito importante para se evitar o desperdício da água, mas uma parte do resultado, não resulta de outra coisa, que não seja a alteração de uma fórmula matemática. E é à custa da alteração da estimativa da água consumida nas regas, que tem consequências exclusivamente na faturação dos municípios de Loures e de Odivelas, que há uma redução na água não faturada. Isto assim é fácil, digo eu. -----
Agora, está longe, é de ter o resultado que deveria de ter. Está longe, é de contribuir para, de facto, evitar o desperdício da água que se regista nas nossas redes, por falta de investimento, como todos nós sabemos, e relativamente ao qual é preciso dar combate. Esteja quem estiver na gestão dos SIMAR, é preciso dar combate. Para aqueles que estão, verdadeiramente, preocupados, com a existência e o bom serviço dos SIMAR, é preciso dar combate. -----
Depois, dizer que estamos preocupados com o nível de cobrança. Porque o nível de cobrança, é inferior, quase em setecentos mil euros, apesar de se ter faturado mais, e de forma muito significativa. Mais, é quase de setecentos mil euros, por comparação com o ano anterior. Apesar de se ter faturado mais,

acabou por se cobrar menos setecentos mil euros. Portanto, há aqui qualquer coisa que não está explicado.-----

Por outro lado, dizer ao senhor Presidente o seguinte: de facto, fez bem em colocar a questão que colocou ao senhor Vereador Nuno Dias, relativamente às dívidas das Juntas de Freguesia. É porque nós, já há dois anos, que pedimos que nos seja disponibilizado, uma relação das dívidas das Juntas de Freguesia aos SIMAR. E isso deve ser uma coisa difícil de obter, uma vez que ainda não tivemos acesso à mesma. Não há nenhuma aplicação informática, que seja capaz de nos dar este número? É preciso fazer algum consílio de matemáticos, para se conseguir chegar ao valor da dívida que algumas Juntas de Freguesia, algumas, é preciso sublinhá-lo, têm para com os SIMAR? É porque, na nossa opinião, isso contribui para o desequilíbrio que se regista neste domínio. -----

Senhor Vereador Nuno Dias, a dívida vencida, e este é outro dado muito preocupante, em dois mil e vinte e três, é superior em quinze por cento, àquela que foi registada em dois mil e vinte e dois. E a dívida vencida dos SIMAR, de acordo com o relatório, a trinta e um de dezembro, era de vinte e seis milhões, setecentos e vinte e nove mil e oitenta e dois cêntimos. Portanto, é muito dinheiro e não podemos deixar de estar preocupados, com o facto de ela se ter agravado em quinze por cento, durante o ano de dois mil e vinte e três. -----

Por último, senhor Vereador Nuno Dias, sobre a gestão da frota, o que disse aqui, é pouco sério. É pouco sério e revela, de facto, um desconhecimento profundo, daquilo que é o histórico dos SIMAR e dos Serviços Municipalizados. É que durante os doze anos da gestão do Partido Socialista, foram adquiridas menos viaturas, do que aquelas que foram adquiridas durante o primeiro mandato da CDU. É fazer as contas. Porque aquelas que vieram, vieram por contrapartida da então EGF – Empresa Geral de Fomento, ainda pública e da distribuição de dividendos aos acionistas. É por isso que nós exigimos que esta privatização seja revertida, para se poder voltar a ter uma situação como aquela que tínhamos no passado, que era o sistema em alta, poder ajudar os sistemas em baixa, na ultrapassagem das suas dificuldades. -----

Mas, de facto, é pouco sério, dizer que não houve investimento nem se fez gestão de frota, porque nunca houve um nível de renovação tão alto, como aquele que se registou durante os últimos oito anos da gestão CDU. E pedem-me essas aos doze anos da anterior gestão do Partido Socialista. -----

Por outro lado, dizer que constatamos que é difícil perceber o que é que está a acontecer, de facto, com as viaturas nos SIMAR. Porque nos SIMAR, diz-se a determinada altura, que terão sido adquiridas oito viaturas. Depois, mais adiante, na página vinte e seis, afinal, dizem que foram seis e que duas ainda estão para chegar. Portanto, há aqui qualquer coisa que não bate certo. Mas o senhor Vereador Nuno Dias, com certeza, que me vai conseguir explicar. -----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Paulo Piteira, vou começar pelo fim. Ou seja, pela questão da aquisição de viaturas. Nós, de facto, adquirimos oito viaturas no ano anterior, mas por um atraso na entrega das mesmas, duas, só chegaram este ano. Mas todo o procedimento e todo o processo de contratação foram realizados no ano anterior. Portanto, recebemos seis, mas contratualizámos oito. -----

Depois, senhor Vereador, nós não atualizámos apenas a fórmula de cálculo das zonas verdes. Nós fizemos aquilo que já deveria de ter sido feito, não para prejuízo ou benefício de ninguém, mas para aferir a realidade daquilo que era. A fórmula de cálculo dos espaços verdes que havia para a faturação e estimativa, não era atualizada há mais de vinte anos. Repito, há mais de vinte anos. Já estava desatualizada. As condicionantes que existiam, mesmo climatéricas, já não coincidiam. Aliás, as medições das áreas verdes nem sequer estavam corretas. -----

Mais, os SIMAR estavam a estimar, ou por cima ou por baixo, um valor que não se sabia exatamente qual era. Esse é que é o grave problema. -----

E nós, de facto, agarrámos neste problema e, quer a Câmara de Loures, nomeadamente, o Departamento de Ambiente, quer a Câmara de Odivelas, decidiram fazer um levantamento exaustivo de todas as áreas verdes do concelho e teve grandes diferenças nas áreas que estão a ser regadas. -----

Mais, esse mesmo levantamento e a atualização da fórmula de cálculo, teve que ser feito porque as condições que existiam há vinte anos, não são as mesmas que existem agora. -----

No que diz respeito às dívidas, vou solicitar aos serviços, que façam chegar, o quanto antes, o mapa da relação de dívidas das autarquias, para entregar ao senhor Vereador Paulo Piteira. -----

Senhor Vereador Paulo Piteira, depois, quando fala em relação à gestão, nós, enquanto administração, estamos, de facto, a fazer uma gestão cuidada dos SIMAR. E a prova disso é a Prestação de Contas que aqui apresentamos.-----
Depois, em relação à gestão de frota, a gestão que nós fizemos, foi, de facto, uma gestão de frota. Ou seja, foi identificar as necessidades que tínhamos e fazer a aquisição daquilo que conseguimos. Mas não nos podemos esquecer, que ficámos com, pelo menos, três concursos desertos, para a aquisição de viaturas. E mesmo com a condicionante de três concursos ficarem desertos, pela apresentação de proposta, ainda conseguimos adquirir seis e temos o objetivo de este ano, ter um investimento de mais dois milhões de euros para a renovação de frota. -----
E senhor Vereador Paulo Piteira, deixe-me dizer-lhe que o senhor não fez renovação de frota. O seu primeiro grande ato de gestão, quando chegou aos SIMAR, foi fazer um aluguer operacional de oito viaturas, durante seis anos. Foi o primeiro. No entanto, aquilo que fizemos quando chegamos, foi ficar sem esse aluguer operacional.-----
A sua grande gestão da frota, foi fazer o aluguer operacional de viaturas. Não me parece que isso seja gerir a frota. No caso dos SIMAR, parece-me ser uma não gestão de frota e um empurrar do problema para a frente. E a nós “caí-nos” o problema nas mãos e por isso tivemos que fazer investimento na frota.-----
Portanto, senhor Vereador Paulo Piteira, como já disse, há pouco, na minha segunda intervenção, isto foi um exercício daquilo que gostariam de ter feito e que não fizeram.-----
Em relação à pandemia, nós compreendemos e sempre fomos solidários em relação a isso, mas, de facto, quando a pandemia assola, já os SIMAR estavam com resultados negativos, no que diz respeito à exploração. E agora, o que nós tivemos, foi algo que não tínhamos há décadas, que foi um surto inflacionista, uma guerra e os preços dos materiais e das matérias primas, a dispararem de forma descontrolada. Também o tivemos e conseguimos controlar. Portanto, senhor Presidente, no que diz respeito à Prestação de Contas dos SIMAR, dizer que trilhámos um caminho e um objetivo, que era dar solvabilidade financeira à empresa. E, nesta fase, podemos olhar para os Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas, com outros olhos e outra realidade.-----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, eu pedi a palavra, apenas para deixar claro duas questões. A primeira, tem que ver com a questão do aumento da faturação. É importante que tenhamos todos noção, já que os documentos não falam sobre essa matéria, em nenhum local, aliás, omitem, completamente, aquilo que foi conseguido, devido ao aumento das tarifas aprovadas para dois mil e vinte e três, pelo PS e pelo PSD, aliás, em dois mil e vinte e quatro, vai haver um aumento ainda superior ao de dois mil e vinte e três, e cá estaremos para ver os resultados desse aumento da fatura da água à população, mas importa ficar registado, que no ano de dois mil e vinte e três, a água adquirida, foi superior em trezentos mil metros cúbicos, face à água adquirida em dois mil e vinte e dois. Ou seja, um aumento de um por cento. -----

No entanto, aquilo que os munícipes pagaram, sejam eles domésticos ou não domésticos, aumentou nove milhões de euros. Foram nove milhões de euros, o valor que os SIMAR arrecadaram a mais, pelo aumento da fatura que fizeram os munícipes pagar. -----

Portanto, importa que todos tenhamos noção, que o aumento daquilo que os SIMAR pagaram de água, é um por cento. Mas aquilo que os munícipes pagaram a mais, é doze por cento. E é isto que, evidentemente, explica, as opções que o PS e o PSD têm nos SIMAR. Isto ficou claro. -----

Também uma questão relacionada com as perdas de água, e neste aspeto, quero sublinhar que o documento que nos é aqui apresentado, é bastante claro e permite que tiremos algumas conclusões sobre a razão pela qual este problema continua a subsistir. Existe um quadro onde se vê, claramente, quais são as causas das perdas de água do nosso Concelho. E aquilo que esse quadro diz, também para que todos tenhamos noção daquilo que estamos a falar, é que as perdas de água dos SIMAR, em dois mil e vinte e três, foram de cerca de oito, vírgula, dois, milhões de metros cúbicos. Foi este o valor das perdas de água.-----

As perdas de água são devidas a quê? É neste ponto que pensamos que é importante todos refletirmos, porque desses oito, vírgula, dois milhões de metros cúbicos que são perdidos por ano, sete, vírgula, um milhões de metros cúbicos, são perdidos por fugas e perdas nas condutas. Um, vírgula, um milhões de metros cúbicos, são perdidos por erros de medição. Dentro destes sete milhões de metros cúbicos que são perdidos por ano, no ano de dois mil e

vinte e três, encontram-se, também, fugas nos reservatórios e fugas nos ramais.-----

Por último, e muito longe destes números, temos o uso não autorizado, que são cinquenta e nove mil metros cúbicos.-----

Portanto, isto quer dizer que o problema relacionado com as perdas de água dos SIMAR está, evidentemente, ligado, no fundamental, com os problemas das condutas, dos ramais e dos reservatórios. Logo, do que estamos a falar, é que mais de cerca de oitenta por cento das perdas de água, se devem a estas razões.-----

E aquilo que nos preocupa, é que durante a gestão da CDU, foi possível avançar em Loures, em Santo António dos Cavaleiros, em Sacavém, em Bucelas, em Frielas e em outros locais do concelho, com a substituição destas condutas e daquilo que era essencial. Não só porque as condutas, com a idade que têm, ao rebentarem, impossibilitam que a população utilize a água, mas também porque estamos aqui perante o verdadeiro problema que existe quanto à questão das perdas de água, que é as condutas. E quanto a isso, como dizia, a nossa preocupação, é que, como vimos na discussão do Orçamento para dois mil e vinte e quatro dos SIMAR e como vemos neste Relatório de Gestão de dois mil e vinte e três, o trabalho nesta área, está, praticamente, reduzido a zero. E é isso é que nos preocupa. Ainda para mais, quando o próprio Governo do PS e agora PSD, têm na mão, a possibilidade de permitirem aos SIMAR e outros serviços semelhantes, de poderem ter fundos para fazer estas renovações de condutas, absolutamente, essenciais. Essa, não foi a opção até agora. Mas esperamos que seja opção no futuro. Porque só essa opção é que vai permitir, de facto, resolver este problema grave das perdas de água. Em que, sem renovação de condutas, sem investimento nesta matéria, o problema das perdas de água não se vai resolver.-----

O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: Senhor Vereador Tiago Matias, a minha intervenção, não é uma intervenção “*redonda*”. É uma intervenção concreta, com dados objetivos e rigorosos, com base no que é apresentado no Relatório de Gestão.-----

O senhor Vereador já disse uma vez, que ser vereador, não é a mesma coisa que ser Presidente de Junta. Então senhor vereador, como nunca foi Presidente de Junta, se calhar, devia candidatar-se para o ser. -----

Depois, dizer o seguinte, em relação à intervenção do senhor Vereador Gonçalo Carço, quanto à questão da falta de investimento na rede, efetivamente, tem razão. No entanto, com resultados negativos, seja em entidades públicas, seja no privado, nós não conseguimos fazer investimento. Com resultados negativos, é sempre um problema. E enquanto não houver resultados positivos, não haverá investimento. E para isso, obviamente, teremos que ter aqui outros apoios, como fundos comunitários ou outros, que nos poderão ajudar a que consigamos fazer a substituição das condutas e fazer investimento na rede. -----

Mas continuo a afirmar que a boa gestão prevalece. Acho que é fundamental termos lucro. É fundamental trabalharmos da forma como trabalhamos com o privado e alcançarmos os nossos objetivos. -----

Depois, o senhor Vereador, já disse uma vez, que ser Vereador, não é a mesma coisa que ser Presidente de Junta. O senhor como nunca foi Presidente de Junta, se calhar, devia candidatar-se nesse sentido. Mas eu, na altura em que fui Presidente de Junta, a "*minha*" Junta, podia lisonjear-se por ter boas contas, e, nesse sentido, replicar as boas contas na população e fazer com que ela possa usufruir das boas contas.-----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Gonçalo Carço, todos nós sabemos ler o balanço hídrico. Mas o balanço hídrico dos SIMAR existe desde sempre. Aquilo que lá está, já lá estava. Nós não alterámos nada. Provavelmente, o senhor Vereador só agora olhou para o balanço hídrico dos SIMAR. Mas sempre foi apresentado o balanço hídrico. Portanto, em relação ao que fala das perdas de água, nas aparentes, nas efetivas, isso já lá está há muitos anos. -----

Aquilo que estamos a fazer, é a tentar reduzir o valor percentual, daquilo que são as perdas de água.-----

Queria dar aqui uma outra nota que acho que é importante. Nós estamos a apostar na substituição de contadores de sub-medição, porque essa também é uma grande variável onde podemos diretamente influir. Eu concordo com o senhor Vereador quando diz que devíamos de ter fundos do estado para acedermos a uma maior velocidade naquilo que diz respeito à substituição da rede de abastecimento de água, porque, de facto, os Serviços

Intermunicipalizados não geram receita que dê para essa captação e para essa capacidade de investimento. Isso já foi aqui dito. -----

E tal como disse o senhor Vereador Nelson Batista, e bem, é mais fácil conseguirmos planear investimento, quando, efetivamente, temos resultados de exploração que nos dão esse caminho, do que estarmos sempre a batalhar sobre resultados negativos, no que diz respeito à exploração. Sempre foi assim e sempre será. Chama-se a isso indicadores de gestão, que temos, obrigatoriamente, que os cumprir. E é isso que estamos a fazer. -----

Senhor Presidente, queria agradecer à Administração dos SIMAR, aos Diretores e a toda a equipa que elaborou esta Prestação de Contas e que trabalhou durante todo o ano, de modo a proporcionar que pudéssemos trazer aqui os resultados positivos que trazemos, para a gestão e para a administração.-----

Dizer, também, que este ano não precisamos de reservar verba para cobrir prejuízos nos SIMAR, porque, estes, ao fim de seis anos, deram resultado positivo. -----

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, respondendo ao senhor Vereador Nelson Batista, dizer que eu, de facto, por vezes, exalto-me. E exalto-me, porque quando nos fazem provocações em que nos afetam e põem em causa a honestidade intelectual desta bancada, é uma afronta. E tenho essa legitimidade. Porque quando um Vereador desta casa, que até tem formação nesta área, diz o que quer dizer, como factos, e esquece um facto essencial, uma apreciação séria, que devia de ser honesta intelectualmente e que esquece um dado essencial, que é uma receita que teve um aumento drástico, isso não é sério e não é honesto intelectualmente, senhor Vereador. E digo-lhe, como toda a sinceridade, que não esperava isso de si. E digo-lhe mais, o Presidente de Junta de Freguesia de Lousa, era mais sério e mais humilde, do que o Vereador que está aqui. Porque se o senhor Vereador tivesse essa seriedade, não apresentava os factos que aqui estão, como se esta receita e estes dados dos SIMAR, não tivessem uma causa objetiva, que foi o aumento de receita de todos os municípios.-----

E esquecer-se isso, não é sério, senhor Vereador. Não é sério! E o Presidente de Junta de Freguesia de Lousa, não faria isso. -----

Por isso, senhor Vereador, quando nos tentam a nós, nesta bancada “*atirar areia para os olhos*”, de forma deliberada, e tentam enganar os munícipes deste concelho, eu reajo assim. Exalto-me, porque acho que é uma afronta e não é sério o que esteve a fazer. E continuarei a fazê-lo. Não tenha dúvidas sobre isso. Não tenha dúvidas sobre isso!-----

Senhor Vereador, apresentar resultados, quando se vai buscar dinheiro aos munícipes, isso é fácil. Isso todos nós conseguimos. Isso faz-me lembrar, um antigo administrador da Caixa Geral de Depósitos, que depois de ter fechado metade das agências, e depois de ter aumentado as taxas de comissão de todas as agências, também dava lucro. Assim, também é fácil. É o que acontece aqui nos SIMAR.-----

Portanto, com todos os problemas que a gestão, assumidamente, tem, e que nós acabámos aqui de identificar, vir-se dizer que dá lucro, como se isso fosse um objeto, que não tem uma razão, um facto, um fundamento, é que não é honesto, intelectualmente. E eu não esperava isso. Nem do Presidente de Junta de Freguesia de Lousa, nem do Vereador que agora aqui tenho à minha frente, que não parece ser tão sério como era. -----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, apenas para esclarecer duas questões relacionadas com a intervenção do senhor Vereador Nelson Batista. A primeira, para lhe dizer que o facto de os SIMAR não darem lucro, não impede, nem nunca impediu, o investimento nas condutas. Aliás, foi a CDU que fez esse investimento nas condutas. Portanto, quem gere, neste momento, os SIMAR, também o pode fazer se assim o entender. Não há nenhum impedimento. Nem havia. Tanto não havia, que foi a CDU, em conjunto com o PS em Odivelas, e é preciso nunca deixar de sublinhar estas questões, que a gestão dos SIMAR não é feita só pela Câmara Municipal de Loures. É pela Câmara Municipal de Loures e pela Câmara Municipal de Odivelas. É uma gestão conjunta, e, na altura, a gestão CDU em Loures e a gestão PS em Odivelas, fizeram este investimento das condutas. -----

Foi insuficiente. Devia de ter sido mais. Devíamos de ter ido mais longe. Mas o trabalho é para continuar. Só que o problema é que o trabalho parou. Esse é que é o problema, senhor Vereador.-----

Depois, que o PSD diga que a gestão dos SIMAR, deve ser feita como empresa privada, isso a nós não nos estranha. Sempre foram esses os princípios que defendeu. O que me estranha, é que seja pela mão do PS, que o PSD consiga esse objetivo. Isso é que me estranha mesmo. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, queria agradecer-vos todas as intervenções que fizeram, pois elas enriqueceram bastante a discussão deste ponto. -----

Depois, dizer ao senhor Vereador Tiago Matias, que o percebo quando diz defender os munícipes e que, de alguma forma, se possa sentir ofendido, com aquilo que o senhor Vereador Nelson Batista disse. Mas senhor Vereador Tiago Matias, eu sentir-me-ia muito mais ofendido, quando o senhor Vereador Paulo Piteira considerou o PSD uma muleta. Isso quer dizer muito, para aquilo que foi a relação da CDU com o PSD no passado. É porque se o PSD foi muleta no primeiro mandato da CDU, em que estiveram coligados, e que o senhor Vereador considerou como uma muleta, digo-lhe que não é muleta nenhuma. E não vale a pena entrar por esse tipo de discurso, porque nós estamos muito conscientes do que é que temos que fazer até ao final do mandato. Nós não colocamos muletas. Colocamos é as pessoas em primeiro lugar. E essas é que são o nosso foco e o nosso objetivo. -----

Aqui, nem o PS é muleta do PSD, nem o PSD é muleta do PS. Mas isso, de facto, reflete muito daquilo que foi a vossa relação, enquanto estiveram coligados. -----

Depois, dizer, também, que não é justo nem correto, a afirmação que fez, que, na minha opinião, não é intelectualmente correta, e acho que convém fazer esse reparo, quando diz que nos oito anos de gestão da CDU, se adquiriram mais viaturas do que nos doze anos da anterior gestão do PS. -----

Senhor Vereador, os dividendos que a Valorsul dava, podiam ser em verba ou podiam ser em espécie, como bem sabe. E a opção do Executivo da época, do qual eu fiz parte, foi que fosse em espécie, nomeadamente, viaturas para recolha. Portanto, foi uma opção do Município. Nós podíamos ter optado por receber a verba e não ter feito investimento na rede de recolha. -----

Portanto, na minha opinião, a afirmação que fez, não é correta. Aliás, dizer-lhe também, que os dividendos a que temos direito, que são cerca de seiscentos mil euros, virão à próxima Reunião de Câmara, para conhecimento, e que quero

que sejam em espécie e não em verba, por uma razão muito simples. Como bem sabe, se for em verba financeira, ela é taxada, do ponto de vista tributário, por isso é bom que seja em espécie. E esses seiscentos mil euros, logo se verá onde é que serão aplicados. -----

Portanto, a apreciação e o ataque pouco intelectual que teve, quando comparou o investimento na frota, entre um determinado mandato e outro, quando conviu que isso pode ser uma opção do Município, não foi correta. E a partir do momento em que é opção do Município, é investimento do Município. -----

Depois, dizer, ainda, o seguinte: eu compreendo e até enalteço e reconheço, o esforço que a CDU hoje fez, para defender um documento, que era difícil uma oposição, seja ela qual for, vir criticar. Portanto, eu reconheço a capacidade que a CDU teve, em conseguir arranjar argumento, para criticar um documento como este. Documento que contraria tudo aquilo que, de alguma forma, vinha de mau do passado. Vamos ver ponto a ponto. -----

Nós, quando chegámos a esta Câmara, assumimos uma empresa, com o terceiro resultado negativo consecutivo, sem que o acionista injetasse capital na empresa. E a minha pergunta é se isto era ajudar a empresa? Não. Não era ajudar a empresa. Nós quando tomámos posse, durante anos consecutivos, o acionista Câmara Municipal, nunca injetou dinheiro na empresa, em valor igual, por exemplo, ao tarifário social. Então se o acionista nunca o fez, isso ajudava a empresa. Não. Não ajudava a empresa. E nós contrariamos. Injetamos o capital do resultado líquido negativo, coisa que os senhores não fizeram. Injetamos dinheiro na empresa do tarifário social, que é competência do acionista, ou seja, da Câmara, e isso era uma coisa que não estava a ser cumprida pela CDU, como já aqui foi discutido numa Reunião de Câmara passada. Por isso percebo e enalteço a capacidade que a CDU teve, de encontrar argumentação, que, por acaso, até concordo com alguma. Mas há outras que não. -----

Nós temos que registar, que pela primeira vez, em seis anos, os SIMAR apresentam resultados positivos. E isso é algo que temos que registar. Dir-me-ão que foi à conta dos sete e meio por cento de aumento do tarifário de água. Também. E há que assumi-lo. Mas não só.-----

Quando à mistura que o senhor Vereador Gonçalo Carço quis fazer, de nove milhões de euros de faturação, que é o que os munícipes pagaram. Não. Os consumidores não são só munícipes. Os consumidores são munícipes, são

empresas, são autarquias locais. Portanto, não é justo nem intelectualmente correto, o senhor Vereador Gonçalo Caroço fazer essa afirmação dessa forma. Já que estamos num registo de honestidade intelectual, nas afirmações que temos, então esta também tem que ser corrigida. -----

Por isso, há que reconhecer, que, pela primeira vez, em seis anos, esta empresa teve resultados positivos. O que, na minha opinião, é um sinal que reflete que há um novo horizonte para a frente da empresa. -----

Tocando nos problemas sérios da empresa, dizer que temos que diminuir a água não faturada. É aquilo que temos que fazer. Mas quando nós chegámos à Câmara, a água não faturada, era de trinta e sete por cento. Isto é um facto. E agora estamos com trinta e um, ponto, doze, de água não faturada. Os senhores tiveram imaginação para a poder colocar aqui, mas não deixa de ser um facto e convém repetir, que quando nós chegámos a esta Câmara em dois mil e vinte e um, a água não faturada, era de trinta e sete por cento. -----

Chegados ao ano de dois mil e vinte e três, a água não faturada, passa para trinta e um, ponto, doze. Portanto, uma redução de quase seis por cento, o que perfaz muitos milhões de euros, que foi feita através de uma primeira medida que tomámos - e quero reconhecer aqui o trabalho desenvolvido pelo senhor Vereador Nelson Batista e pelo senhor Vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Odivelas -, que foi fazer com que deixasse de haver aqui uma relação de prejuízo que os SIMAR estavam a ter para com a Câmara. E esta situação era boa para as contas da Câmara, mas era má para os SIMAR. E o que nós fizemos, foi fazer uma nova medição, porque a estimativa estava abaixo da água que, efetivamente, estava a ser consumida para a rega. -----

E a partir do momento em que houve a coragem de o acionista Câmara de Loures e Câmara de Odivelas, tomarem esta posição de fazer um estudo sério e cuidadoso, da medição de todo o espaço de rega, chegámos à conclusão que a Câmara de Loures e as Juntas de Freguesia estavam a pagar relativamente à rega do espaço público, era muito inferior àquilo que, efetivamente, vamos ter que pagar, porque a estimativa estava muito abaixo e isso é sinónimo de que estávamos a prejudicar os Serviços Intermunicipalizados. -----

Depois, esta medida, também vai ajudar a esta redução da água não faturada, assim como o combate à fraude. Também vamos baixar, ainda mais, com a colocação de novos contadores, cujo procedimento para o fornecimento de contadores, foi aprovado na última Reunião de Câmara, no valor de um, ponto,

três milhões de euros, o que vai permitir, ainda mais, uma redução da água não faturada, que penso que estaremos em condições, com a colocação desses novos contadores, de chegar aos vinte e sete por cento. Aliás, como todos sabemos, há muito contadores de água que já passaram o prazo de vida útil. Há, inclusive, contadores, que já estão a contar para trás. Por isso, temos que colocar novos contadores de água e foi esse o investimento que fizemos no valor de um, ponto, três milhões de euros, que só é possível fazer, porque os SIMAR, hoje, apresentam contas positivas. Se tivéssemos prejuízos no valor de quatro, cinco, ou seis milhões de euros, como tinha acontecido nos anos transatos, não tínhamos esta capacidade de investir, um, ponto, três milhões de euros, em novos contadores de água, para ajudar os SIMAR a reduzir esta água não faturada. -----

Portanto, se estamos todos empenhados, que acredito que estamos, em reduzir a água não faturada, há outras matérias que temos que atacar, para além das condutas. Aliás, a CDU, nos oito anos que estive na gestão dos SIMAR, fizeram um investimento, através da contração de empréstimos bancários, que nós estamos agora a pagar. Mas fizeram, e bem. E não estou a criticar. Agora, e o senhor Vereador Paulo Piteira concordará comigo, que esta não deve ser a forma de resolver o problema da substituição das condutas. ---

O problema sério da substituição das condutas, deve ser feito através de um programa que o Governo anterior não cumpriu, porque não houve capacidade, nem através daquilo que foi a criação dos fundos comunitários do PT2030. Aliás, eu, várias vezes disse aqui e em vários fóruns, na Área Metropolitana de Lisboa, que por razões óbvias, porque estamos com Lisboa, Cascais e Oeiras, que nos "*empurram para baixo*", de acordo com o índice de desenvolvimento. Depois, temos no PT2030, trezentos e sessenta milhões, do PO Regional, quando no PT2020, tínhamos mil e duzentos milhões. E quando olhamos para municípios como o Porto, que através do PO Regional do PT2030, fazem investimento nas suas condutas, nós aqui não tivemos essa capacidade.-----

Por isso, uma vez que através do Programa PT2030 não é possível fazer o investimento, o que estamos a tentar fazer, e é isso que estava a ser trabalhado, é que através do fundo ambiental, pudéssemos ter uma verba destinada aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Ou seja, por via da ausência de financiamento do PT2030, poderia haver umas linhas de financiamento, não através do PT2030, mas através do fundo ambiental ou

através de empréstimos do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, feito pelo próprio Governo, para que se pudesse olhar para a substituição das condutas com outros olhos. E não é isso que está a acontecer.-----
Por isso, há muitos passos que temos que dar para a substituição das condutas. Aliás, o ex-Vereador Duarte Cordeiro estava a fazer um trabalho sério, e espero que o próximo Governo continue esse trabalho.-----
Portanto, aquilo que se está a fazer e o trabalho que foi feito na altura com o Vereador Duarte Cordeiro, foi um trabalho muito bem feito e espero que este Governo o continue a fazer, que é, através da nova regra de um conjunto de financiamentos por aí obtidos, os municípios possam fazer a substituição das condutas. -----
Por isso, repito, espero que o próximo Governo dê continuidade ao trabalho que a Associação Nacional de Municípios estava a fazer com o Ministério do Ambiente, não só em relação ao apoio, às medidas e às linhas de financiamento para a substituição de condutas, como no trabalho que estávamos a fazer na questão dos bio-resíduos, da TGR – Taxa de Gestão de Resíduos, como também no trabalho que estávamos a fazer com as entidades dos sistemas em alta, para que, de uma vez por todas, a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, “*desça à terra*”, digamos assim, e consigamos encontrar um sistema que não prejudique as entidades em baixa, que é o que está a acontecer neste momento. Esse trabalho estava a ser feito pela Associação Nacional de Municípios e pelo Ministério do Ambiente, e estando o trabalho feito, espero que o próximo Governo possa dar-lhe continuidade, porque se o fizer, muitos dos problemas que foram aqui apontados, estou certo que serão resolvidos.-----
Por isso, de uma forma muito geral, quero agradecer a todos os trabalhadores dos SIMAR, a todos, porque foram todos eles, que contribuíram para este resultado, um resultado que nos abre portas para um futuro muito mais saudável e muito mais sustentável dos SIMAR, do que com aqueles resultados que anteriormente tinham. E para perceber isso, não é preciso ser especialista na matéria. Quando se olha para uma empresa que, ao fim de seis anos, tem, constantemente, resultados negativos, e agora ao fim destes dois anos, tem resultados positivos pela primeira vez, não é preciso ser-se especialista em finanças, para se perceber que estamos a olhar para uma empresa com futuro. E foi isso que nós prometemos. Uma empresa com futuro. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRª VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. -----

ABSTIVERAM-SE A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. -----

-----*DECLARAÇÕES DE VOTO*-----

O VEREADOR, SR. BRUNO NUNES: Senhor Presidente, os Vereadores da CDU abstiveram-se na votação deste documento, embora tenham sérias críticas em relação à gestão. Queremos agradecer, aliás, o facto, de ele ter sido produzido com grande qualidade, por parte da equipa técnica e de todos os trabalhadores dos SIMAR que participarem na boa execução das tarefas que lhe foram cometidas e queremos agradecer o esforço e o empenho de todos aqueles que diariamente trabalham e lutam para que os SIMAR continuem um caminho de progresso, aqui, nos concelhos de Loures e Odivelas.-----

Senhor Presidente, dito isto, passo a ler a declaração de voto da CDU: O Relatório de Gestão dos SIMAR, referente ao ano de dois mil e vinte e três, é um exercício laudatório e narcisista da gestão PS. -----

O documento inicia-se com uma pungente e extensa manifestação de agradecimentos aos que intervieram na sua realização e na obtenção do resultado positivo alcançado, sem, contudo, exprimir ou mencionar, por uma única vez, qualquer agradecimento aos utentes dos SIMAR, que foram forçados a suportar um significativo aumento do tarifário, em dois mil e vinte e três. -----

Recorde-se, que o valor da fatura média mensal liquidada, junto do “utente médio”, em dois mil e vinte e dois, foi de vinte e oito, ponto, noventa e três euros e que, em dois mil e vinte e três, este pagou trinta e um, vírgula, zero oito euros pelo mesmo serviço. Esse facto, traduziu-se no aumento de sete, vírgula quatro por cento, isto é, o utente pagou mais dois euros e quinze cêntimos por mês, ou seja, arcou com mais vinte e cinco euros e oitenta cêntimos, durante este ano de dois mil e vinte e três. Esta situação, é equivalente a, praticamente, mais um mês de pagamento, do que no ano anterior. -----

O Relatório enaltece o resultado económico global alcançado de cento e oitenta e dois mil, trezentos e treze euros e vinte e dois cêntimos, mas escamoteia que ele só foi possível, através do expressivo aumento de preços das tarifas cobradas. -----

Se queremos ter o foco nas pessoas, não podemos obliterar estes factos, quando apreciamos e ajuizamos, sobre a bondade dos resultados alcançados em dois mil e vinte e três. -----

O número esconde, contudo, outras inquietantes realidades, quando se procedes a uma análise mais atenta dos resultados sectoriais obtidos pelas diversas atividades dos SIMAR: água de abastecimento, águas residuais e resíduos urbanos. -----

É profundamente preocupante, o desempenho alcançado na atividade de resíduos urbanos, onde se constata o maior descalabro financeiro alguma vez por ela alcançada nos SIMAR: mais de oito milhões de euros de resultado negativo. Mais exatamente, de oito milhões, duzentos e setenta e seis mil euros e trezentos e oitenta e cinco cêntimos. -----

Perante este número, a gestão PS, para que o resultado global dos SIMAR, viesse a atingir o resultado global positivo alcançado de cento e oitenta e dois mil, trezentos e treze euros e vinte e dois cêntimos, recorreu ao expediente da subsidiação dos resíduos urbanos, a partir dos resultados positivos dos outros dois sectores, que também compreendem a atividades dos SIMAR. Prática condenada pelo Regulador ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento, e por ela definida, como indesejável na gestão dos serviços desta natureza. -----

A este facto, acresce um outro igualmente preocupante. A faturação e a cobrança, apresentam números bastante contraditórios. Em dois mil e vinte e três, foram faturados mais de oito milhões de euros, do que em dois mil e vinte e dois. Contudo, a esse crescimento, correspondeu um decréscimo de seiscentos e noventa e nove mil, trezentos e setenta e um euros na cobrança. Perante esta contradição, é legítimo perguntar quem é que não está a pagar e porquê? -----

Em simultâneo, a dívida vencida aumentou quinze por cento, em comparação com o ano anterior e é agora de vinte e seis milhões, setecentos e vinte e nove mil euros e oitenta e dois cêntimos. -----

Com espanto, constatamos que as autarquias contribuíram para o acréscimo do seu valor, com mais de um, vírgula dois milhões de euros, no ano transato. Sr. Presidente, que autarquias é que não estão a pagar? Vai usar com elas o mesmo critério que tem propalado para as rendas da habitação social, quando afirma que quem não paga, sofrerá as consequências? -----

No domínio da execução do Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta uma taxa de execução que ronda os setenta e um por cento e um valor de seis milhões, seiscentos e setenta e seis mil euros, trezentos e oitenta e quatro, não pode deixar de se notar, que boa parte deste valor, resulta do investimento realizados nas redes de abastecimento de água, através de obras que tiveram o seu início de execução, nos mandatos da CDU. -----

Caso não se recorra a novos empréstimos para investimento, estamos em crer que fica esgotada a possibilidade de, no curto prazo, a taxa de execução, voltar a refletir montantes da ordem dos agora registados. Mas, mais grave, não serão atacados problemas estruturais, que carecem de respostas urgentes. ---

Uma referência ainda para a tão propalada redução das perdas de água, matéria da mais alta importância na gestão dos SIMAR, que, afinal, não passa de uma manobra de redução, à custa do aumento da estimativa da água consumida nas regas, com consequência exclusiva, no aumento da faturação aos municípios de Loures e Odivelas, com base numa medição virtual. -----

O assunto é de importância mais elevada e merecedor de tratamento mais assertivo e responsável. Ao contrário do que pretende demonstrar no Relatório, os resultados económicos alcançados, evidenciam de forma bem expressiva, a falta de estratégia e de coragem política, para enfrentar os sérios problemas com que os SIMAR estão confrontados. -----

O brutal aumento do tarifário dos sistemas em alta, registado no último ano, que muito onera a atividade dos SIMAR, não merece qualquer esboço de resistência e é aceite como uma inevitabilidade, como se os municípios não fossem acionistas das entidades que os gerem e não devessem adotar uma estratégia de resistência e exigência, da reversão da sua privatização. -----

Também no que, exclusivamente, depende dos SIMAR, a inércia persiste. ----

A água não faturada, corresponde a trinta e um, vírgula, dois por cento, de toda a água adquirida pelos SIMAR e representa mais de sete, vírgula, um milhões de metros cúbicos ao ano. Perante esta preocupante realidade, não se vislumbra qualquer plano de investimentos nas redes, capaz de reduzir a brutal

dimensão dos números. As únicas obras referidas, são as que estão em curso e que foram iniciadas durante os mandatos da CDU. -----

A isto, soma-se a reduzida manutenção preventiva nas redes de águas residuais, que decresceu vinte e dois por cento, em dois mil e vinte e três, por comparação com o ano anterior. -----

No domínio dos Resíduos Urbanos, desconhece-se por completo, a estratégia dos SIMAR. Refere-se na página cinquenta e três, que terá sido elaborado o PAPERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, mas não há uma única palavra sobre o seu conteúdo. -----

São adquiridas viaturas de recolha de resíduos, sem que haja subjacente, uma estratégia definidora dos caminhos que se pretende trilhar, em matéria da recolha de resíduos urbanos, plasmada num plano diretor para esta atividade, racionalizando e reduzindo os meios necessários, para a realização da recolha e transporte ao destino final. -----

Continua-se a proceder a aquisições “avulsas” de equipamentos afetos à recolha urbana de resíduos, ao sabor das contingências e do estado de espírito dos decisores de serviço. -----

Entretanto, acentua-se a degradação de importantes áreas da gestão quotidiana, em domínios como a lavagem de contentores, que apresenta números sempre em queda, no último triénio. Em dois mil e vinte e três, foram lavados nos dois concelhos, apenas, treze mil, setecentos e quarenta e nove contentores. -----

A insatisfação dos utentes perante a qualidade do serviço que lhes é prestado, é visível e expressa-se no significativo aumento das reclamações (escritas) que registaram mais quatrocentos e vinte casos, do que no período homólogo. -----

Por último, mas não menos importante, é a notória e preocupante, a continuada redução do número de trabalhadores que os SIMAR mantêm ao serviço (novecentos e quatro trabalhadores, em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três), em contraciclo com o continuado aumento de tarefas que são dadas a executar aos SIMAR. -----

Perante a situação espelhada neste Relatório, os Vereadores da CDU, alertam para a inexistência de uma visão estratégia para os SIMAR, por parte do atual Executivo, capaz de assegurar a sua sustentabilidade e manutenção futuras. -

Os fundamentos para esse entendimento, resultam da constatação do permanente desinteresse no conhecimento e acompanhamento de desenvolvimento das tarefas dadas a executar aos seus trabalhadores, da tentativa, momentaneamente, frustrada, da alienação da atividade a uma empresa da área da EPAL, a EPAL METROPOLITANA, para a água de abastecimento público e à “Aguas do Tejo Atlântico - AdTA”, para as águas residuais e, mais recentemente, o procedimento aquisitivo encetado pela Câmara de Loures, que assumiu responsabilidade na recolha de resíduos urbanos, em seis urbanizações do município, iniciativa não acompanhada, a nosso ver, bem, pelo Município de Odivelas. -----

Os vereadores da CDU, reafirmam a sua convicção de que os SIMAR são a solução que melhor serve os interesses dos munícipes de Loures e Odivelas, na prestação do serviço público de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos e a sua determinação de contribuir para a sua consolidação e manutenção. -----

O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: A minha primeira intervenção, constitui a declaração de voto do Partido Social Democrata. -----

--- Eram onze horas e treze minutos quando a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às onze horas e trinta e quatro minutos, com a ausência do Vereador, Sr. Paulo Piteira. -----

PONTO TRÊS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 227/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTES AO ANO ECONÓMICO DE 2023 -----

“Considerando que: -----
A. De acordo com o disposto no artigo 27.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais e no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que

- estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a segunda sessão ordinária do órgão deliberativo do município, a realizar-se durante o mês de abril, destina-se à apreciação dos documentos de prestação de contas individuais; -----*
- B. Compete à assembleia municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----*
- C. Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal;-----*
- D. Atendendo ao disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao presidente da câmara submeter os documentos referidos nas alíneas precedentes à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal; -----*
- E. Face ao estipulado no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, fazem parte dos documentos de prestação de contas: o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental da receita e da despesa, a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e respetivos anexos às demonstrações financeiras e orçamentais; -----*
- F. Os documentos de prestação de contas das entidades que sejam obrigadas à adoção do regime completo de contabilidade devem ser remetidos, ao órgão para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas emitidos pelo auditor externo, conforme estipulado no n.º 3 do artigo 76.º e na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;-----*
- G. As regras da prestação de contas relativas ao ano de 2023 e gerências partidas de 2024 encontram-se plasmadas na Resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2023, publicada na 2.ª série do Diário da República de 12 de*

janeiro de 2024, e na Instrução daquele mesmo Tribunal n.º 1/2019, de 6 de março, que define, entre outros, a organização e a documentação a que as contas individuais devem obedecer. Destacando-se a necessidade de identificação dos factos mais importantes, que no âmbito do documento aqui versado constam do quadro seguinte: -----

<i>Mapas</i>	<i>Valores apurados a 31.12.2023</i>
<i>Balanço</i>	
<i>Ativo</i>	<i>618.950.006,38</i>
<i>Passivo</i>	<i>117.198.411,22</i>
<i>Património Líquido</i>	<i>501.751.595,16</i>
<i>Demonstração de Resultados</i>	
<i>Resultado Líquido</i>	<i>5.215.688,18</i>
<i>Rendimentos</i>	<i>173.188.712,82</i>
<i>Gastos</i>	<i>167.973.024,64</i>
<i>Demonstração de Fluxos de Caixa</i>	
<i>Recebimentos</i>	<i>195.599.959,72</i>
<i>Pagamentos</i>	<i>194.910.599,05</i>
<i>Desempenho Orçamental</i>	
<i>Recebimentos</i>	<i>205.894.521,60</i>
<i>Pagamentos</i>	<i>198.956.278,93</i>
<i>Saldo inicial de operações orçamentais</i>	<i>5.950.616,33</i>
<i>Saldo inicial de operações de tesouraria</i>	<i>3.611.586,26</i>
<i>Saldo final de operações orçamentais</i>	<i>6.938.242,67</i>
<i>Saldo final de operações de tesouraria</i>	<i>3.313.320,59</i>

Tenho a honra de propor: -----
 Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Loures os documentos de Prestação de Contas referentes ao ano económico de 2023. -----
 (...)” -----

--- Sobre a Proposta de Deliberação, foram proferidas as seguintes intervenções: -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, fazendo uma breve apresentação deste ponto, em primeiro lugar, queria realçar que o relatório do Revisor Oficial de Contas, ao contrário dos anos anteriores, não tem qualquer tipo de reservas. É um parecer do ROC sem reservas, o que contraria aquilo que tinham sido os pareceres dos exercícios financeiros de anos anteriores, o que, de alguma forma, aponta para uma credibilidade nas contas que hoje são aqui apresentadas.-----

A nível orçamental e financeiro, os resultados atingidos neste exercício de dois mil e vinte e três, são, sem dúvida, muito positivos. -----

Começamos na ótica orçamental. Entre o orçamento inicial e o orçamento final, como os documentos indicam, apresenta uma variação de vinte e cinco milhões de euros, face ao orçamento inicial, que se deve aos aumentos da receita de capital, nomeadamente, a questão do “Repor Loures”, a questão da habitação social, nomeadamente, nos Terraços da Ponte, a Unidade de Saúde de Santo Antão do Tojal e os empréstimos, quer de curto prazo, quer os de médio e longo prazo. E isso foram sinónimo desta variação. -----

Depois, dizer que, mesmo com a continuação da política de redução das taxas de IMI e de IRS que este Executivo Municipal manteve, que, aliás, já tinha sido a política dos Executivos anteriores, à exceção do IRS, que, pela primeira vez, este Executivo Municipal tem vindo a reduzir, fez com que, desta forma, se aumente a devolução dos seus impostos aos munícipes. Mesmo não se aumentando as taxas, de acordo com a inflação, mesmo assim, conseguiu-se uma taxa de execução da receita total, de oitenta e nove por cento, onde a componente corrente, foi de noventa e dois por cento, o que significa uma credibilidade, aquando o momento da orçamentação do exercício financeiro de dois mil e vinte e três. -----

O resultado operacional, ficou em cinco, ponto, oito, milhões de euros. Tendo-se apurado, cinco, ponto, dois milhões, de resultado líquido, ou seja, apesar do investimento das novas competências e dos custos acrescidos quer com a inflação, quer com o aumento de pessoal, os rendimentos foram superiores aos gastos, cobrindo, neste caso, até as depreciações, ou seja, dando para repor e melhorar as infraestruturas municipais. -----

Mais do que gastar em aquisição de bens de capital, o ativo fixo, ou seja, o ativo imobilizado, cresceu mais de quarenta e três milhões de euros, mesmo com as regras exigentes, para a contabilização, neste caso, do SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas, que já estamos a cumprir e validadas apenas neste Executivo Municipal, através do Revisor Oficial de Contas, sendo que no passado, todos estes ativos, eram colocados em causa, em reservas.-----

Assim, numa ótica orçamental, a despesa de investimento foi de quarenta e um, ponto, três milhões de euros, portanto, muito superior aos vinte e sete, ponto, oito milhões de euros, em dois mil e vinte e dois e mesmo relativo aos vinte e oito, ponto, quatro, milhões de euros, em dois mil e vinte e um. -----

Portanto, estamos agora na fase de crescimento do investimento e a aproveitar todas as oportunidades que surjam, para nos financiarmos com fundos comunitários, ou mesmo através da Administração Central. -----

Resumindo, a nível da execução orçamental, a taxa de execução da receita, em dois mil e vinte e três, como disse há pouco, fixou-se nos oitenta e nove, ponto, três, por cento, registando o maior aumento dos últimos quatro anos, contraponto com dois mil e vinte e um, por exemplo, que se fixou nos setenta e nove, ponto, oitenta e quatro, ano da responsabilidade de gestão da CDU. E aqui, queria registar as medidas de recuperação da dívida da habitação social, introduzidas pelo atual Executivo Municipal, já com resultados bastante visíveis, nomeadamente, arrecadámos de rendas, em dois mil e vinte e três, um, ponto, oito, milhões de euros, contrapondo com o ano de dois mil e vinte, ano de gestão CDU, de novecentos e oitenta e cinco mil euros.-----

Do lado da despesa, a taxa de execução cifra-se nos oitenta e seis por cento. Comparando com o ano de dois mil e dezanove, ano de gestão CDU, que se fixou nos setenta e seis, ponto, trinta e seis por cento. -----

Quanto às Grandes Opções do Plano, a sua taxa de execução, fixou-se nos oitenta e dois, vírgula, vinte e quatro por cento, contraponto com dois mil e dezanove, ano de gestão CDU, que se fixou nos sessenta e sete por cento, ou mesmo em dois mil e vinte e um, nos sessenta e cinco por cento.-----

Quanto ao Plano Plurianual de Investimento, a taxa de execução fixou-se nos oitenta por cento, contrapondo, mais uma vez, com o ano de dois mil e dezanove, da gestão CDU, de quarenta e dois por cento, ou dois mil e vinte, da gestão CDU, de cinquenta e quatro por cento, ou mesmo dois mil e vinte e um,

de cinquenta e dois por cento. Ou seja, a taxa de execução do PPI, foi a mais alta dos últimos quatro anos.-----

Por fim, quanto à componente da dívida, importa referir os compromissos assumidos e não pagos. Em dois mil e vinte e um, registávamos compromissos assumidos e não pagos, de vinte e nove, ponto, quatro, milhões de euros, ano CDU. Dois mil e vinte e dois, vinte e cinco milhões de euros. Ano dois mil e vinte e três, vinte e três, ponto, oito milhões de euros.-----

Também no que diz respeito ao faturado e não pago, em dois mil e vinte e um, registou um valor de nove milhões, que foi acompanhado, quer no exercício de dois mil e vinte e dois, quer no de dois mil e vinte e três, que se fixou, na mesma, nos nove milhões de euros. -----

Por isso, do ponto de vista financeiro e orçamental, é a apresentação que tenho a propor, mas, obviamente, estamos recetivos a questões que os senhores Vereadores queiram colocar.-----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, da análise que fizemos aos documentos que estão agora em apreciação, confirma-se a possibilidade que este Município tinha, de cumprir as propostas da CDU, ou seja, de baixar o IMI e de não aumentar as tarifas dos SIMAR. -----

Só em impostos diretos, ou seja, impostos que o Município recebe, como, por exemplo, o IMT e a Derrama, e mesmo o IMI, todos esses impostos, aumentaram em dois mil e vinte e três, face a dois mil e vinte e dois e levaram um aumento de receita de sete, vírgula, cinco milhões de euros. Portanto, havia, e há, condições para que as propostas da CDU possam vir a ser aplicadas.-----

Olhando para a concretização que nos é apresentada, e em particular o Plano Plurianual de Investimento, é essencial percebermos que o ano de dois mil e vinte e três, foi um ano de concretização das obras da CDU. No fundamental, foi isso que aconteceu. Ou seja, quem nos dera a nós, ter chegado à Câmara Municipal com todas estas obras, ou projetadas, ou iniciadas, ou adjudicadas. Porque isso, evidentemente, é que faz toda a diferença. Aliás, algumas delas foram aqui reprovadas nesta Câmara Municipal, pelo PS e pelo PSD. E a seguir foram pegar nessas mesmas propostas e nesses mesmos projetos e foram aplicá-los no nosso Concelho. E estão aqui incluídas, as escolas da Flamengo, de Sacavém e do Catujal, o Centro de Saúde do Catujal, o Caneiro, o Controle

de Cheias do rio de Loures, a Frente Ribeirinha, que contou com o voto contra do Partido Socialista, o Pavilhão da Escola João Villaret, ou as obras realizadas na Quinta da Areeira, que contou com os votos contra do PS e do PSD, no tempo da gestão da CDU. Estes são, apenas, alguns exemplos. -----
Olhando agora para o relatório que nos é apresentado, reiteramos o facto de muitos dos projetos importantes para o concelho, não terem “*saído da gaveta*” em dois mil e vinte e três, tanto na área da educação, como na área social, como na habitação, nas acessibilidades, na cultura e no espaço público. -----
Não podemos deixar de sublinhar aquilo que dissemos aquando da discussão do Orçamento de dois mil e vinte e três, e, em particular, nas questões relacionadas com a opção gestionária. Passado este ano, percebemos que foram gastos em despesa de pessoal, mais seis milhões de euros. Foi este o aumento que tivemos com despesas de pessoal, onde se incluem as despesas inerentes aos novos cargos de dirigentes, criados pelo PS e pelo PSD, que poderiam ascender a um, vírgula, quatro milhões de euros, mas não se conseguiu, por opção do PS e do PSD, arranjar duzentos mil euros, para que todos os trabalhadores desta Câmara, que cumpriam os critérios da opção gestionária, pudessem avançar nas suas carreiras. São duzentos, os trabalhadores desta Câmara Municipal, que tinham condições para avançar na sua carreira, porque cumpriam os critérios da opção gestionária, e que viram essa progressão impossibilitada, porque não houve duzentos mil euros, para estes trabalhadores puderem avançar. Isto diz bem das opções políticas para os trabalhadores, de quem governa esta Câmara Municipal. -----
Depois outra questão que queria colocar e que gostaria de obter uma resposta, tem a ver com o facto de os acidentes de trabalho terem vindo a aumentar na Câmara Municipal. Aliás, no ano de dois mil e vinte e três, atingimos um número record e muito preocupante, de cento e oitenta e seis acidentes de trabalho. Era importante percebermos, e essa é a questão que colocamos, se são conhecidas as razões e que medidas foram tomadas ou não, para controlar esta situação, de forma a invertermos esta subida, ao longo dos últimos anos. Depois, outra questão que gostaria de colocar, porque não está nos documentos que nos foram disponibilizados, mas que é uma questão importante para a discussão política que possamos vir a fazer agora e no futuro, e que também esperamos que possa ser obtida uma resposta, que tem a ver o valor que foi recebido pela Câmara Municipal, relativamente aos processos

colocados na Autoridade Tributária, relacionados com as dívidas de rendas da habitação municipal. Ou seja, no relatório, é referido que em dois mil e vinte e três, foram enviadas cerca de duzentos e quarenta certidões à Autoridade Tributária, que corresponderão a cerca de setecentos e cinquenta mil euros, mas aquilo que queremos saber, é qual o valor recuperado pelo Município, através das Execuções Fiscais, relacionadas com as dívidas das rendas de habitação municipal, no ano de dois mil e vinte e três. -----

Outra questão que observamos no relatório e que também nos levanta sérias preocupações, tem a ver com o facto de ser referido, que houve uma diminuição bastante acentuada, cerca de vinte e cinco por cento, dos serviços prestados pela Polícia Municipal, para os restantes serviços da Câmara. E, evidentemente, que se não é dada resposta aos serviços da Câmara por parte da Polícia Municipal, isso implica que a Câmara tenha que gastar dinheiro na Polícia de Segurança Pública. -----

E aquilo que nos preocupa mais, são as razões para isto. Ou seja, os trabalhadores recusarem-se a fazer trabalho suplementar. Portanto, não é uma situação geral da Câmara, é uma situação particular, que é preocupante, e penso que seria bom, perceber-se a razão de isto estar a acontecer, uma vez que tem prejuízos para a Câmara, e de perceber o que se passa na Polícia Municipal, de forma a ultrapassar esta situação, que não me parece ser a mais adequada, nem para trabalhadores, nem para a Câmara, nem, em particular, para o seu dia a dia. -----

Depois, outra questão, tem a ver com o facto de termos assistido, em dois mil e vinte e três, ao aumento record dos pedidos de assistência dos equipamentos hoteleiros nas escolas. Aliás, esta é uma questão que nós temos colocado ao longo dos últimos anos. E isto acontece, porque continua a haver uma ausência de resposta por parte da Câmara, a esta necessidade das escolas. -----

Esta é uma situação que, infelizmente, se mantém, pelo menos até há poucas semanas mantinha-se, a qual requer uma medida concreta, que resolva este problema e que ainda não foi encontrada. -----

Depois, também através da análise do relatório, confirma-se aquilo que já se esperava, que é, por opção do atual Executivo Municipal, relativamente ao Projeto AMA - Adaptação ao Meio Aquático, houve mais de duas mil crianças que deixaram de frequentar este programa. Eram sete mil e quinhentas crianças e o ano passado foram pouco mais de cinco mil. -----

Quanto a questões relacionadas com a habitação, de referir que a dívidas das rendas, ultrapassam, pela primeira vez, os quinze milhões de euros, reflexo de num aumento direto de dívida, em dois mil e vinte e três, de duzentos e cinquenta mil euros. Só referir, que o aumento de arrecadação de rendas, refere-se, no essencial, a rendas do próprio ano, porque houve um aumento de rendas no ano dois mil e vinte e três. -----

Portanto, queríamos deixar esta nota, que não se refere, no essencial, a recuperação de dívida, para que fique claro que o aumento de dívida manteve-se, e foi no valor de duzentos e cinquenta mil euros em dois mil e vinte e três, aliás, voltámos aos valores de dois mil e vinte e um e de dois mil e vinte. -----

Depois há uma questão relacionada com os despejos, que faziam parte do Relatório de Atividades todos os anos, ou seja, o número de pessoas que foram despejadas de habitações municipais, e que este relatório não refere. E a questão que se coloca é, em dois mil e vinte e três, quantas pessoas foram despejadas de habitações municipais, pelo Município. É uma questão concreta que para nós é importante, para o debate político que queremos fazer. -----

Depois, de registar, também, o baixo número de realojamentos em dois mil e vinte e três. Foram vinte e um. Menos de metade dos que foram alcançados pela gestão CDU, em dois mil e dezanove. -----

Outra questão, é o ponto de situação do projeto “*bata branca*”, em que no relatório, é referido que devido à criação das ULS – Unidades Locais de Saúde, o projeto “*bata branca*” ficaria a aguardar que as novas administrações das Unidades Locais de Saúde, pudessem identificar as necessidades, portanto, o que questionamos, é qual é o ponto de situação do projeto “*bata branca*”. -----

Por último, gostaríamos que nos fossem, também, disponibilizados, os Relatórios da Autoria Interna, que são referidos nestes documentos. São eles o relatório número um, de dois mil e vinte e três, relacionado com a Polícia Municipal, o número três, de dois mil e vinte e três, relacionado com o Serviço de Apoio à Família e o número quatro, de dois mil e vinte e três, relacionado com a questão das rendas de habitação municipal. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, o seu pedido para que seja entregue o relatório relativamente à Polícia Municipal, ao SAF e às rendas da habitação municipal, fica registado e peço aos serviços que o façam no mais curto espaço de tempo. -----

Quanto à questão dos equipamentos hoteleiros nas escolas, de facto, houve situações, como já falamos aqui numa Reunião de Câmara, de forma muito aprofundada, que teve que ver com contratos que se deixaram terminar e que não foram renovados, e isso reflete o ano dois mil e vinte e três. No entanto, neste ano de dois mil e vinte e quatro, a situação já está normalizada e as taxas de reclamação, por parte das escolas, no que diz respeito aos equipamentos hoteleiros, diminuiu muito significativamente, comparativamente a dois mil e vinte e três.-----

É esta a informação que tenho, tendo em conta, até, os novos procedimentos concursais que foram abertos. Inclusivamente, no que diz respeito aos lotes, deixou de haver um lote único, de modo a que este procedimento para a colocação dos equipamentos hoteleiros, seja mais prático e mais ágil. -----
Quero dizer, também, que não estou, totalmente, satisfeito, com essa medida. Por isso, pedi ao Departamento de Educação, para que visse em outros municípios, qual é o seu sistema, porque há muitos municípios que adotaram o sistema da incorporação da colocação dos equipamentos hoteleiros, na empresa que faz o fornecimento das refeições. Este modelo, pelo menos daquilo que vi nas câmaras que adotaram esse modelo, nalguns casos os resultados são positivos e noutros negativos. Mas a lógica, é que quem manuseia os equipamentos hoteleiros, como as varinhas mágicas ou as máquinas de lavar loiça, são os empregados da empresa que fornece as refeições. -----

Já pensamos, também, na possibilidade de as Juntas de Freguesia serem potenciais parceiros para este tipo de casos, mas neste momento continuamos com o modelo que tínhamos no passado, com o concurso para as empresas fazerem a colocação, diferenciamos foi a questão dos lotes, para que a colocação desses equipamentos hoteleiros, seja mais ágil.-----

De facto, confirmo que em dois mil e vinte e três, houveram muitas situações. Em dois mil e vinte e quatro, a informação que tenho por parte do Departamento de Educação, é que diminui, de forma significativa, o número de reclamações. O modelo que temos, é o que estava anteriormente implementado, no entanto, ele não me satisfaz, porque dependemos das empresas, e as empresas, muitas das vezes, não têm a capacidade de, rapidamente, colocar os equipamentos nas escolas.-----

Por isso, estamos a avaliar os dois modelos e quais são as vantagens. Ou adotar o modelo que muitas câmaras estão a utilizar e colocar os equipamentos hoteleiros no contrato celebrado com a empresa que faz o fornecimento de refeições, ou, então, “*olhar*” para as Juntas de Freguesia e ver se podem ser ou não, nossos parceiros. Não estou a dizer que seja a solução. Estamos é a avaliar.-----

A SR^a VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, relativamente às questões colocadas pelo senhor Vereador Gonçalo Carço, nomeadamente, em relação à concretização das obras da CDU, dizer que, em relação às áreas que me estão cometidas, devem estar alguns “*nalguma gaveta*” que eu ainda não tive a oportunidade de a abrir. Mas o senhor Vereador, certamente, me dirá qual é, porque não encontrei nenhuma daquelas que o senhor vereador referiu.-----

Quanto à sinistralidade, ou seja, os acidentes de trabalho, nomeadamente, a que foi verificada em dois mil e vinte e três, acompanha aquilo que para nós é o ano de referência da normalidade do funcionamento da nossa câmara, em período pré-pandémico, que é o ano de dois mil e dezanove.-----

A sinistralidade em dois mil e vinte e três, ocorre, maioritariamente, junto das assistentes operacionais, em contexto escola, e a nossa equipa da Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho e o Departamento de Educação, têm estado a trabalhar e a analisar quais as circunstâncias que levam a estes acidentes em trabalho. Devo dizer que, felizmente, a esmagadora maioria destes acidentes de trabalho, são de menor gravidade. Estamos a falar, por exemplo, de situações de pessoas que escorregam. Estamos, inclusivamente, a analisar, a tipologia de calçado que as assistentes operacionais usam e a equacionar, igualmente, que a própria Câmara, possa adquirir um calçado mais apropriado e enquadrá-lo, enquanto fardamento, por forma a minimizar este número, para o qual, naturalmente, já olhámos atentamente, de modo a encontrar soluções para o poder mitigar. -----

Senhor Vereador, em relação à habitação, eu gosto muito, mas mesmo muito, que o senhor Vereador fale dela, nomeadamente, das dívidas da habitação social. O senhor Vereador gosta de utilizar os números como lhe dá mais gozo dizê-lo. Mas senhor Vereador, há um dado que o senhor não consegue escamotear, que é a preocupação deste Executivo Municipal, de trabalhar a dois níveis. Primeiro, com o cumprimento da Lei, portanto, com uma Lei de dois

mil e catorze, relativamente à qual o senhor vereador e o Executivo da CDU fizeram tábua rasa. E com esta tábua rasa que fizeram da legislação em vigor, não procederam à atualização dos valores das rendas em emissão. -----
Dizer ao senhor Vereador, que, à data da apresentação destas Contas, nós já tínhamos setenta e cinco por cento das rendas atualizadas. À data de hoje, temos mais de oitenta por cento dos arrendatários com a renda revista e aquilo que fizemos, foi aumentar a cobrança das rendas emitidas e aumentar a cobrança das rendas vencidas. E relativamente a rendas vencidas, senhor Vereador, e utilizando aqui o ano de dois mil e vinte, o ano pré-pandémico, o senhor arrecadou qualquer coisa como trinta e oito mil euros. O atual Executivo Municipal, de rendas vencidas, arrecadou duzentos mil euros. Das rendas que estavam para trás. Foi este o valor que nós arrecadámos. -----
Quando o senhor Vereador gosta de ler os números a dizer que a dívida, no geral, aumenta, aumenta e vou-lhe dizer porquê. Aumenta, devido a ex-inquilinos. Dos inquilinos ativos, ela diminui substancialmente. Dos ex-inquilinos, é natural que continue sempre a aumentar, porque havemos de querer cobrar essa dívida. Aliás, estamos a carregá-la para efeitos da Autoridade Tributária, porque é assim que, do ponto de vista jurídico, temos que fazer. -----
Também dar nota, que, da arrecadação por via da Autoridade Tributária, estão carregados cerca de setecentos e oitenta mil euros. No entanto, queremos chegar ao carregamento dos mais de cinco milhões de dívida de ex-inquilinos. É esse o nosso objetivo. Não tenho o valor comigo, relativamente à cobrança que tem sido feita. -----
Senhor Vereador, mas mais importante do que a cobrança que conseguimos por via da Autoridade Tributária, o que nós estamos a fazer, porque, como o senhor Vereador sabe, e, inclusivamente, este caminho até foi preconizado pelos senhores, pena é que depois não tenham feito o efetivo carregamento dos processos, mas, como dizia, o que estamos a fazer, é aquilo a que somos obrigados, do ponto de vista legal. Há uma dívida, que não podemos dar como incobrável, porque é posterior a dois mil e dezasseis, então vamos carregá-la na Autoridade Tributária. -----

Estamos em cerca de setecentos e oitenta mil euros, como disse, dos cinco milhões de euros que temos que carregar por esta dívida. -----
Portanto, creio que a questão do senhor Vereador Gonçalo Caroço, relativamente ao aumento da dívida, está respondida. -----
Quanto aos despejos, senhor Vereador Gonçalo Caroço, o senhor deve ter alguma questão de terminologia. Sabe porquê senhor Vereador? Porque, pese embora os despejos administrativos estivessem previstos na legislação desde dois mil e catorze, aquela que os senhores não colocaram em vigor, o senhor não fez nenhum despejo. O que o senhor fez, foram posses administrativas, e sem cumprimento daquilo que são os processos administrativos para o efeito. Neste momento, posso dizer-lhe que já estão umas largas centenas de processos a ser tramitados, para efetivarmos os despejos administrativos. Essa é a nossa responsabilidade. -----
Relativamente ao número de realojamentos, o que nós temos feito, é nas casas que têm voltado à posse do Município, estão a ser efetuadas obras de reabilitação, para podermos fazer realojamentos. Tanto quanto tem sido necessário, nesta lógica de uma gestão eficaz, o que temos feito, são adequações de tipologia. Que é uma coisa diferente, como o senhor Vereador sabe. -----
Depois, relativamente ao Projeto “*bata branca*”, dizer que este Executivo Municipal, não só tinha dotado este projeto com orçamento para o efeito, como realizado vários contactos para a sua concretização. No entanto, neste momento, o que a ULS – Unidade Local de Saúde de Loures e Odivelas nos tem dito, é que está a analisar, se ainda arrancamos com o modelo que estava, inicialmente, previsto, ou se é revisitado esse modelo, numa lógica de melhorar a resposta às necessidades da atualidade dos utentes desta zona do território. Senhor Presidente, creio que respondi às questões colocadas pelo senhor Vereador Gonçalo Caroço. -----

A VEREADORA, SR^a PAULA MAGALHÃES: Senhor Presidente, respondendo à questão colocada pelo senhor Vereador Gonçalo Caroço, que nos diz que a Polícia Municipal não presta apoio aos trabalhos realizados pela Câmara Municipal, dizer que isso não é verdade. Efetivamente, a Polícia Municipal não nega, nem tem negado, qualquer serviço aos trabalhos efetuados pela Câmara

Municipal. A quem tem negado, é aos particulares e às empresas que são adjudicadas pela Câmara Municipal, para a realização desses mesmos serviços. Posso dizer também, que extravasando um bocadinho aqui, aquelas que são as nossas responsabilidades e as nossas competências, aliás, é uma diretriz que eu pretendo que esteja sempre na ordem do dia, e tendo em conta a boa gestão dos recursos naturais, é que sempre que haja uma rotura/perda de água, a Polícia Municipal, em qualquer circunstância, dê apoio à solução deste problema. São questões pontuais e temporárias, cujo acompanhamento pela Polícia Municipal, eu peço que seja uma prioridade. -----

Quanto à greve dos trabalhadores às horas extraordinárias, senhor Vereador, posso informá-lo que os trabalhadores, de facto, estiveram de greve, mas num período do ano passado. E muito embora estivessem de greve às horas extraordinárias, nunca abandonaram qualquer serviço, sabendo, inclusivamente, que, por ele, não iriam receber as mesmas horas, por estarem de greve, mas tiveram sempre o profissionalismo de nunca deixar nenhum serviço a meio, nem comprometido, pelo facto de estarem de greve às horas extraordinárias. -----

Posso informar, também, que os nossos funcionários estiveram de greve às horas extraordinárias, não que tivessem qualquer problema com a gestão do Executivo Municipal, mas porque queriam ver resolvidos alguns problemas que, para eles, são pertinentes e muito importantes, e que para nós também seriam, se as pudéssemos colmatar. No entanto, isso não está nas nossas mãos, porque está na esfera de uma Lei que está tutelada pelo Governo e que esperamos que, um dia, possamos ver este problema solucionado, o que seria uma benesse para a vida deles. -----

Foi este o motivo do descontentamento que prestaram o ano passado, e num curto espaço de tempo. Neste momento, ainda está um número residual de funcionários em greve às horas extraordinárias, mas esta questão na Polícia Municipal, está regularizado. -----

A SR^a VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, ainda em relação aos acidentes de trabalho, até porque considero esta questão, substancialmente, importante, e aqui um número que devemos todos registar, quando eu disse, e é verdade, que a esmagadora maioria dos acidentes verificados, se concretizam no grupo das assistentes operacionais que estão nas escolas, dar

nota que, num universo de mil e duzentos trabalhadores, são setenta e nove, o número de acidentes. -----

É uma percentagem reduzida, mas, ainda assim, estamos a olhar, atentamente, para ela e a encontrar uma forma de a minimizar ao máximo. -----

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, a minha intervenção é baseada no que foi apresentado no documento, relativamente ao espaço público e ordenamento. No entanto, não queria deixar de dar uma palavra à senhora Vice-Presidente, no que toca “às gavetas”. Certamente se terá esquecido do projeto do Galeão, do projeto do Eixo Norte/Sul, do projeto Romeu e Julieta e já agora, nas “*outras gavetas*”, o edifício 4 de Outubro, o troço dezassete A, o Parque de Montachique, entre outros que ainda estão “*nas gavetas*” dos seus colegas Vereadores. -----

Só espero que aproveitem os projetos que deixámos, que ainda não foram concretizados, porque eram muitos, efetivamente. De facto, há alguns que estão em concretização, outros que já foram concretizados, mas ainda bem que lhes deixámos este legado, que não é vosso, é de todos os munícipes e de quem poderá vir a usufruir deles. Mas fica bem ter uma leitura correta, da forma como se “*arrumam as gavetas*”.-----

Depois, dizer que a senhora Vice-Presidente, à semelhança do que já nos disse o senhor Presidente no início do mandato, agora já está mais moderado, fazia nascer as obras sem projetos. Nós não. Nós fazemos programas preliminares, fazemos estudos prévios, e isso faz tudo parte do projeto. Mas é bom que quando se “*confrontem as gavetas*”, se olhem bem para elas e, de forma séria, se verifique o trabalho que foi feito e a continuidade que, em muitos casos, se deu, e bem, aos projetos e aos estudos que cá deixámos.-----

Relativamente à questão concreta do espaço público, o que eu quero aqui afirmar, efetivamente, é que se constata uma inflexão clara do trabalho que vinha a ser decorrido pelo anterior Executivo da CDU, nomeadamente, quero dar nota do trabalho que foi produzido sobre o projeto do metro, cuja empreitada foi agora lançada. -----

Depois de mais de dois anos de atraso, relativamente ao término deste processo, foi lançado um processo, e bem, que salientamos ser muito importante para os utilizadores deste meio de transporte, mas que introduz novos pontos e problemas que podem vir a ser sérios e concretos, na vida das

pessoas e no serviço desse transporte pesado, nomeadamente, no transbordo em Odivelas, na estação que criaram à entrada do Infantado, com prejuízos que parecem ser claros, além do caos que irá criar, com a última estação na entrada do Infantado, com a mobilização de centenas de carros que irão para aquela zona do Infantado e também a oportunidade perdida, na efetiva concretização do interface modal, no término da rede junto ao Hospital Beatriz Ângelo. -----

Também nos projetos da rede viária e do espaço público, se constata uma inflexão clara, naquilo que nós consideramos ser o centro da atenção na qualidade do espaço público, quando se trata da fruição do mesmo e, nomeadamente, dar lugar às pessoas e ao transporte público, e fazer uma inversão do carro, na vida das cidades e dos centros urbanos. Prova disso, é clara a alteração do projeto da Praça da República, que não é mais do que um emaranhado de vias que, a seu tempo, teremos a oportunidade de discutir. Emaranhado esse de vias, que, aliás, o senhor Presidente já disse aqui, claramente, que quando vem para Loures e passa por lá, aquilo é o caos. ----- E depois, também, naturalmente, a rotunda do Estado da Índia, essa grande obra de referência da cidade de Sacavém, que, consequência positiva para a população, a nosso ver, como é óbvio, não trará nenhuma para esta cidade, e poderíamos ter utilizado essas verbas para outros fins muito mais importantes e necessários, para a vida daquela cidade. -----

Também quanto ao ambiente e novos espaços de fruição, sem o legado da Jornada Mundial da Juventude, que também temos que assinalar como positivo, podemos dizer que o avanço é pouco ou nenhum, e que se poderia ter avançado em muitas outras oportunidades, na criação de novos parques, nomeadamente, a ampliação do Parque Adão Barata, ou outros casos que já estavam em estudo. -----

Senhor Presidente, para concluir, queria dar nota que, por vezes, nestas Prestações de Contas, vimos algumas coisas escritas, mas que depois constatamos, no caso concreto das AUGIS, que o que está escrito, é completamente diferente do que é dito pelos senhores Vereadores e pelo senhor Presidente, em várias reuniões do Executivo e, também, em várias sessões de emissões de alvará, nas quais já tive a oportunidade de estar presente, em que se disse que neste período de trabalho, já se emitiu mais alvarás, do que em toda a gestão da CDU. Como é que isto é possível? Aliás,

já tive a oportunidade de solicitar ao senhor Vereador Nuno Dias, que nos entregasse, por escrito, os alvarás emitidos na gestão da CDU e os alvarás emitidos na gestão do PS e também a fase de arquitetura, em ambas as gestões. -----

É porque ao lermos esta Prestação de Contas e vermos “*ipsis verbis*”, que o grande fator de mobilização e arranque do trabalho das AUGIS, foi em dois mil e quinze, com a publicação do novo PDM, foi esse o fator determinante e importante, como o trabalho desse Executivo, à data, para publicar esse PDM, e depois se vem dizer que o ano em que mais alvarás foram emitidos até à data, foi em dois mil e vinte e um, de facto, perguntamos onde é que está a palavra deste Executivo em funções. Aliás, o que escrevem na Prestação de Contas, contradiz, cabalmente, o que já foi aqui dito tantas vezes, de forma tão estridente, que nada foi feito. Mas depois vamos ver a Prestação de Contas, e o que diz, é que foi no Executivo da CDU que foi feito o maior trabalho relativamente ao PDM. Recorde-se, depois de doze anos de atraso na publicação do PDM. -----

Depois também se diz, que onde se emitiu mais alvarás, foi em dois mil e vinte e um, fruto de um trabalho contínuo, perseverante, como sabemos que esta área de atividade tem. E para que se tenham resultados concretos, tem que se reunir um conjunto de esforços, não só dos particulares, também das Comissões de Administração Conjunta e, naturalmente, também, da Câmara, e que não é de um dia para o outro, como aqui se tentou dizer várias vezes, que teriam descoberto “*a galinha dos ovos de ouro*”, e depois vai-se a ver, e aquilo que escrevem é exatamente o contrário. -----

Portanto, é a constatação deste facto concreto, que não podemos deixar de referir. -----

Por fim, colocar uma questão concreta, designadamente, sobre a saída da A1 em São João da Talha. O senhor Presidente disse que estava previsto fazer uma sessão no início deste ano, já estamos em abril, gostava de saber o ponto de situação deste processo. -----

A VEREADORA, SR^a FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, a minha intervenção vai versar sobretudo pela área da cultura. E começo por, mais uma vez, dizer que a desarticulação da área da cultura, através da separação de parte dos equipamentos culturais e de áreas culturais, como sejam as

bibliotecas e os museus, da restante atividade cultural, no nosso entender, está espelhado neste relatório e nas atividades que nós fomos assistindo ao longo do ano de dois mil e vinte e três, à desarticulação e ao não pensar na cultura como um todo, que era uma linha que existia anteriormente.-----

Obviamente que este Executivo teve as suas opções, entendeu, por bem, separar duas áreas fundamentais da parte da cultura, mas isso, no nosso entender, fez com que fossem os municípios a perder, nomeadamente, a sua atividade cultural. É muito bonito fazer muitas e muitas atividades e ter muitos e muitos números, mas depois quando se fala em articulação, se fala em conteúdo e se fala em pensar num conjunto, de facto, esse pensar não existe. E por falar em números, no relatório, muito me espantou e a esta bancada, uma situação muito simples, que é o facto de haver um equipamento, designadamente, a Biblioteca Municipal José Saramago, ter o contador de entradas avariado, pasme-se, desde junho de dois mil e vinte e três o que, na nossa opinião, não deve ser nada difícil nem caro de reparar. -----

Depois, dizer que ficámos na dúvida se o contador já está reparado a esta data, ou se ainda se mantém avariado e não percebemos porque é que não foi reparado. Essa é a primeira questão. É porque, não sendo algo fundamental, é algo essencial para se perceber o número e o fluxo de entradas no referido equipamento. -----

Portanto, isto deixa-nos a pensar que os números que ali são apresentados em relação às entradas, não só das bibliotecas municipais, mas, também, inclusivamente, do projeto dirigido a jovens fora da biblioteca fora de horas, poderá não corresponder à verdade. Não nos surpreende a desarticulação e, mais uma vez, o que não está a ser feito a nível das bibliotecas. -----

Depois, não podemos passar sem deixar, mais uma vez, aqui, uma nota. Dois mil e vinte e três foi um ano perdido no que diz respeito à intervenção da manutenção dos equipamentos culturais. Basta ver que o único equipamento cultural que é referido no relatório é o Palácio Valflores, que, como se sabe, tem fundos externos e, portanto, tem que ter alguma intervenção.-----

Depois, não se viu qualquer intervenção, por exemplo, no Museu da Cerâmica, de modo a acabar com o “*espetáculo*” degradante de baldes nas salas de exposições. Parece que, finalmente, será agora com o programa “Repor Loures”. -----

Também continuamos sem ver qualquer intervenção no Museu Municipal de Loures, cujo edificado, sendo um edifício antigo, deveria ter manutenção. Por exemplo, chove nas salas, o que tem a ver com a falta de manutenção do edifício, para não falar do muro que anda há anos para ser reparado.-----
E já não falo dos AVAC – aquecimento, ventilação e ar condicionado, nos equipamentos culturais. Não falo das lagoas à entrada da galeria municipal de Pirescoxe, como aconteceu recentemente. Estas questões deixam-nos muito preocupados com a saúde dos edifícios e com as condições que esses edifícios têm, na sua função perante o público e de quem lá trabalha.-----
Também entendemos, e já o dissemos quando foi a discussão do Orçamento e do Plano de Atividades para este ano, que as intervenções nos pavilhões desportivos, nomeadamente no José Gouveia e no Paz e Amizade, que as intervenções de fundo têm vindo a ser sucessivamente adiadas, mas têm que ter, de uma forma ou outra, intervenção. Por exemplo, o Pavilhão Paz e Amizade é um pavilhão já com muitos anos, tem as suas funções, cumpre-as bem, mas está a cumprir a função de um projeto que este Executivo Municipal, assumidamente abandonou, que foi o Centro Cultural de Loures, o qual permitiria libertar o Pavilhão Paz e Amizade para outras atividades e termos, finalmente, em Loures, um centro cultural, um polo de desenvolvimento cultural, que, tal como em outros concelhos limítrofes de Lisboa, já não falo de Lisboa, os têm, conseguindo, assim, ter uma centralidade e um desenvolvimento.-----
Por exemplo, os espetáculos do “*25 de Abril*”, certamente, teriam condições bastantes diferentes no centro cultural, os espetáculos do “*Música em Si Maior*”, teriam certamente outras condições e já para não falar do “*Academia de Clarinete*”. É excelente descentralizarmos os espetáculos pelos equipamentos que existem, sou a primeira a defender que haja essa descentralização, mas podíamos e devíamos ter uma centralidade cultural que passasse para além daquilo que temos, e não nos contentarmos, apenas, com o “*poucoquinho*” que vamos fazendo.-----
Aliás, senhora Vice-Presidente, deixe-me dizer-lhe, como responsável pela parte das comemorações dos cinquenta anos do “*25 de Abril*”, que eu estava à espera de um pouco mais. Inclusivamente, estava à espera de um bocadinho mais de alguns serviços que sei que têm uma programação cultural, e sempre tiveram, muito grande. Aliás, tive muita pena de saber que inclusivamente terá havido algumas recusas de programação de propostas do serviço, não se sabe

muito bem porque motivos, calculo que ideológicos, porque a algumas pessoas ainda incomoda muito o “25 de Abril”, e isso eu não poderia deixar aqui de dizer. Queria aqui falar, também, e o meu camarada Tiago Matias já o referiu, da questão da reabilitação do edifício 4 de Outubro. É um edifício que, do ponto de vista histórico, tem importância no concelho e não podia deixar de falar, mais uma vez, de um projeto “metido na gaveta”, supostamente para remodelação, mas que, pelos vistos, “está na gaveta”, e muito bem “guardadinho”. Aliás, já aqui foi revelado um desconhecimento total da proposta que havia, que é a remodelação dos espaços da Biblioteca Municipal José Saramago. Um equipamento que já tem mais de vinte anos e que necessita de um “refresh”, permitam-me a expressão, dos seus espaços, mas que a única coisa que se fez foi acabar-se com a Bebéteca, que, inclusivamente, até recebeu prémios e que era um equipamento inovador, ao nível das bibliotecas municipais, para se colocar lá uns computadores e outras coisas que, de vez em quando, têm lá uns utilizadores.-----

Queremos inovar, inovar e fazer, mas depois, na realidade, o que fazemos, é uma mão cheia de nada, à semelhança de outras áreas. E lamentamos esta oportunidade perdida, que era pensar a área cultural como um todo. E o que estamos a fazer são coisas setoriais, e que depois quem perde são os munícipes de Loures. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora Fernanda Santos, relativamente à sua intervenção, permita-me que lhe diga, que só posso qualificar a sua intervenção como uma autocrítica e por revelar aqui hoje, o que já revelou há algum tempo a esta parte, que foi a incompetência da CDU, durante oito anos, em concretizar um conjunto de coisas, como disse e bem. - Senhora Vereadora, relativamente a intervenções na Quinta do Conventinho, eu devolvo-lhe a pergunta. Em oito anos o que é que lá fizeram? No Museu da Cerâmica de Sacavém e outros edifícios de que falou, como, por exemplo, o edifício 4 de Outubro, já nós, na altura, deixámos um projeto que durante oito anos não o fizeram. Eu concordo com a necessidade da intervenção e da reabilitação destes espaços. Mas vindo de quem teve responsabilidades na gestão da Câmara, durante oito anos, vir hoje, ao fim de pouco mais de dois anos de mandato deste Executivo Municipal, exigir o que não foi feito nesses oito anos, é intelectualmente desonesto e do ponto de vista político reprovável.

Por isso, senhora Vereadora, digo-lhe com toda a frontalidade, que estava à espera de melhor da sua parte. -----

De facto, é confrangedor ter uma Vereadora da CDU, que teve responsabilidades durante oito anos na Câmara Municipal, vir revelar aqui, de forma muito clara, a incompetência que tiveram no tratamento destes casos.--

Se, de facto, tivessem tido a capacidade de ter feito durante oito anos que cá estiveram, hoje não estávamos nesta situação. Por isso fiquei surpreendido. Principalmente com a questão do edifício do 4 de Outubro, em que tiveram oito anos para a poderem fazer e não fizeram. -----

A única intervenção, relativamente à qual concordo consigo, é a do palácio Valflores. Mas essa já estamos a fazer. No entanto, este palácio está reduzido em termos de finalidade, uma vez que está limitado ao nível do saneamento e da eletricidade, por razões de património classificado. No entanto, vamos continuar o trabalho de recuperação que estava a ser feito. -----

Agora, quanto às restantes intervenções que falou aqui, senhora Vereadora, então os senhores, durante oito anos, não o fizeram, e agora estão a exigir que este Executivo Municipal, já o tenha feito em dois anos e meio? -----

Senhora Vereadora, eu já disse isto uma vez e vou voltar a fazê-lo. Nós, no final dos quatro anos de gestão municipal, vamos comparar, em termos de investimento, com os vossos oito anos. Vou-vos dar quatro anos “*de barato*”. Pode ter a certeza disso. Por isso, o que a senhora Vereadora fez aqui, foi passar um atestado de incompetência aos mandatos da CDU, nesta Câmara Municipal.-----

Relativamente à questão do senhor Vereador Tiago Matias sobre a saída da A1, dizer que temos o projeto de execução já revisto e vai ser entregue esta semana pela Brisa, por isso já estamos em condições de fazer a sua apresentação de forma pública, que será feita na última quinzena deste mês. -

Depois, em relação ao metro, o senhor Vereador Nuno Dias falará mais pormenorizadamente, no entanto, quero dizer-lhe duas coisas. Uma, que foi uma luta muito difícil que este Executivo municipal teve, porque aquilo que foi feito dois meses antes das eleições autárquicas, no Parque da Cidade, com o então Ministro António Costa, com o Presidente das Câmara, na altura, o Bernardino Soares e o Presidente da Câmara de Odivelas, o Hugo Martins, para assinar qualquer coisa do metro, foi um grande número. É porque o traçado ainda não estava fechado. Também ainda não estava fechado, quem

é que pagava o quê. Aliás, há afirmações públicas, de ex-governantes e do próprio presidente do Metro, que afiançava que havia um compromisso do ex-Presidente da Câmara, Bernardino Soares, em que se comprometia a fazer o investimento de um conjunto de coisas, que acabaram por querer que fossem nós a fazer, nomeadamente, a requalificação de todo o espaço público, que custava os “*tais*” cinquenta milhões. Mas eu não quero crer que esse compromisso tivesse sido feito verbalmente. Por escrito não está confirmado. Mas a pressa para as eleições autárquicas era de tal ordem, que nesses dois meses antes das eleições, tiveram que fazer esse número. Mas nem assim foram capazes de ganhar a Câmara. -----
Mas o que é facto, é que esse número foi feito. E foi feito de tal forma à pressa, que agora vem questionar quanto à estação do Infantado. Essa é outra. A população do Infantado não foi ouvida. Aliás, o senhor Vereador Nuno Dias esteve presente numa reunião com a população do Infantado, que disse que não tinha sido ouvida e que não criam que o metro entrasse no Infantado. -----
Mas nós tivemos o cuidado de fazer uma auscultação à população do Infantado, de forma mais massiva, à qual responderam quase três mil pessoas, dizendo que não queriam o metro. E agora vem o Vereador Tiago Matias falar do Infantado! É preciso ter algum topete para vir falar desta matéria. -----
Nós, ao contrário dos senhores, ouvimos a população. E foi por termos ouvido a população, que decidimos que o metro não entraria no Infantado e ficaria, apenas, à entrada da urbanização. É assim que a população quer. E tal como ouvimos a população do Infantado em relação ao metro, ouvimos também em relação a outras obras que vos cria muita “*comichão*”, como, por exemplo, a rotunda da Quinta do Património, que é uma obra que o senhor Vereador Tiago Matias reprova. Está no seu direito de reprovar. Mas a população da Quinta do Património não reprova. Aliás, sabe que nos programas eleitorais do PS, sempre lá esteve. O problema, é que estava no programa eleitoral da Junta de Freguesia, que era PS. Mas como a Câmara era CDU, jamais poderiam fazer aquela rotunda porque era uma proposta do PS. Mas por isso mesmo, por ser uma proposta do PS, porque a população da Quinta do Património quer aquela rotunda, não só por uma melhor acessibilidade, mas para ligar à parte velha de Sacavém, uma ligação muito importante e muito pedida pela população de Sacavém, nós vamos fazê-la. E se o senhor Vereador quiser, vamos a Sacavém, ouvimos as pessoas, e vemos quem é que tem razão.-----

Portanto, nós estamos a cumprir os compromissos que assumimos, quer estes, quer outros acordados com o PSD. Por isso, por muito que custe ao senhor Vereador Tiago Matias, a bem da população, a rotunda da Quinta do património, vai ser uma realidade.-----

Depois, quanto ao facto de dizer que o projeto da Praça da República, não é mais do que um emaranhado. Eu acho curioso o senhor Vereador Tiago Matias falar de emaranhado. Porque emaranhado, foi aquilo que os senhores fizeram na rua principal de Loures. Isso é que foi um emaranhado, o que os senhores fizeram aqui. Foi um emaranhado, em que os bombeiros, para passarem, têm que passar por cima dos passeios. Isso é que é um emaranhado, senhor Vereador Tiago Matias. -----

Eu não encontraria melhor palavra. A CDU, mais a rua principal de Loures, igual a emaranhado. Nós sempre dissemos, que a variante teria que ser construída antes da requalificação da rua principal de Loures. Deveria de ter sido construída em primeiro lugar. E agora estamos nós, este Executivo Municipal, a fazer a variante, para poder solucionar, em muito, aquilo que é o emaranhado que os senhores criaram na rua principal de Loures. Isso é que é um emaranhado. E sim, vamos fazer a nova Praça da República e o novo jardim de Sacavém, e com coreto. E vamos fazer isso tudo, porque nós, ao contrário dos senhores, o que queremos, no final dos quatro anos de mandato, é mostrar à população, execução. Os senhores, durante oito anos, o que mostraram, foi projetos e sonhos. E a grande diferença entre este Executivo Municipal e a CDU, é essa. -----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, relativamente aos comentários que foram feitos pelo senhor Vereador Tiago Matias, no que diz respeito às áreas que me estão adstritas, apesar de o senhor Presidente já ter explanado, de forma bastante clara como é que foi a discussão do Metro, quero dizer que, de facto, durante o ano que passou, conseguimos fechar um processo que era de difícil resolução, não só pelo financiamento, mas também pela complexidade de instalação do mesmo.-----

Em relação às AUGÍ's, em dois mil e quinze, nenhuma das afirmações que eu fiz é contradita pelo senhor Vereador. Nem uma. Em dois mil e quinze, aprovase o PDM. De facto, a aprovação daquele PDM, vinha desbloquear, em muito,

aquilo que era a resolução das AUGIS, em algumas matérias e em alguma classificação de solo. Deve concordar.-----

Em dois mil e vinte e um, foi o ano em que houve mais emissões de alvarás de loteamento. Estamos de acordo. Então, e em dois mil e vinte? Em dois mil e dezanove? Em dois mil e dezoito? Eu continuo a manter a mesma afirmação. A nível de emissões de licenciamento e estudos urbanísticos, fizemos mais, nestes dois anos e meio do que aquilo que foi feito em anos anteriores. A nível de emissões de alvará emitidos, foram nove. -----

Senhor Vereador, a questão, é aquilo que estamos a fazer e a forma como reorganizámos os serviços, para poder responder, de forma mais direta. O trabalho está a aparecer bem feito, e, finalmente, assinamos o contrato de urbanização da última célula do Bairro da Fraternidade. Portanto, senhor Vereador, nós, de facto, estamos a fazer. -----

Mais, temos tido cuidado no planeamento. Por exemplo, o ano passado, aprovámos a adequação da Lei dos solos ao RGIT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que já estava por aprovar desde dois mil e catorze. Em dois mil e dezanove, foi feita uma proposta de deliberação por quatrocentos e oitenta e cinco dias, que caducou porque não foi feito. E nós o ano passado terminámo-la.-----

Portanto, senhor Vereador, temos tido algum cuidado no planeamento. Temos tido algum cuidado, também, na DRU – Divisão de Reconversão Urbanística e temos tido um relacionamento franco quer com os dirigentes quer com os proprietários, quer com todos aqueles que necessitam dos serviços da Câmara para poder desenvolver a sua atividade.-----

A SR^a VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, apenas para fazer um comentário ao senhor Vereador Tiago Matias e depois dar uma resposta à senhora Vereadora Fernanda Santos.-----

Senhor Vereador Tiago Matias, de facto, eu gostava de ter aberto essa gaveta. Mas sabe, senhor Vereador, essa gaveta, a única coisa que lá teria, era um concurso de ideias para o edifício Romeu e Julieta, que vocês aprovaram aqui em dois mil e dezassete e ainda assim tiveram quatro anos de mandato, que não passaram de um concurso de ideias. -----

Mais, nessa gaveta que o senhor Vereador diz que existia, vamos a dados concretos: Projeto Eixo Norte/Sul, Quinta do Galeão, dois mil e vinte e dois,

quem é que estava à frente dos destinos da Câmara? Era o PS, certo? Mais, Eixo Norte/Sul, sabe desde quando é que esta parcela de terreno era da Câmara Municipal? Desde mil novecentos e oitenta e três. Portanto, se os senhores tivessem muita vontade de fazer projetos para construir habitação social, tiveram cá oito anos, podiam ter feito. -----

Quinta do Galeão. A mesma coisa. Foi lançado o projeto por esta administração municipal. Sabe desde quando é que estava cá a parcela do terreno? O alvará é de setenta e cinco e a expropriação desde mil novecentos e oitenta. Senhor Vereador, ainda em dois mil e vinte e três, foi este Executivo Municipal que adjudicou relativamente aos conjuntos habitacionais do Zambujal, Montachique e Terraços da Ponte dois. Portanto, senhor Vereador, talvez só de lupa, eu consiga encontrar essa gaveta cheia de projetos que os senhores cá deixaram. A não ser o Romeu e Julieta e o concurso de ideias que os senhores deixaram, para nós podermos concretizar num modelo completamente diferente daquele que os senhores tinham deixado. -----

Senhora Vereadora Fernanda Santos, permita-me um comentário à sua intervenção. Primeiro, dizer à senhora Vereadora, afincadamente, que da parte deste Executivo Municipal, seja em que área de atuação for, não existe nenhuma desarticulação ou descoordenação. Muito antes pelo contrário. Este Executivo Municipal, os seis eleitos que estão à frente dos destinos da Câmara, conversam e articulam diariamente sobre diferentes áreas. E reflexo disso, é, também, na área da cultura. A programação que a área da qual eu tenho responsabilidade, leva, com grande regularidade, aos museus e às bibliotecas. As nossas equipas técnicas, e nós próprios, enquanto eleitos, estamos, constantemente, em articulação. -----

Quanto às intervenções nos equipamentos culturais, o senhor Presidente, e muito bem, já respondeu quanto a isso. -----

Quanto à programação do “25 de Abril”, senhora Vereadora, lamento que tenha ficado com essa ideia da apresentação do primeiro trimestre das comemorações dos cinquenta anos do “25 de Abril”, que vamos assinalar durante um ano. E lamento que tenha essa opinião de ter ficado aquém. -----

Dizer que as equipas foram altamente envolvidas e desafiadas à apresentação de propostas. Nem todas as propostas estão carregadas para este primeiro trimestre. Como disse, temos quatro trimestres para alimentar e queremos, sempre, ter uma programação bastante diversificada e abrangente e, por isso,

nada está ainda garantido, para que possamos fazer um balanço. Creio que o balanço da programação das comemorações dos cinquenta anos do “25 de Abril”, só estaremos em condições de a fazer, em maio de dois mil e vinte e cinco. É aí, em maio de dois mil e vinte e cinco, que faremos a justiça a esta programação, que, tanto quanto nos tem sido dado a conhecer, tem recebido grande apreço, por parte das pessoas do nosso concelho e não só.-----
Quanto à analogia que faz à programação do “25 de Abril”, nomeadamente à questão do Centro Cultural e do Pavilhão Paz e Amizade, dizer que, por mais que pudéssemos concretizar um Centro Cultural, não teríamos um Centro Cultural com a capacidade de albergar mais de duas mil pessoas, como aquelas que já temos, neste momento, confirmadas, para o concerto da noite de vinte e quatro de abril. -----

O VEREADOR, SR. VASCO TOUGUINHA: Senhor Presidente, comentando a intervenção da senhora Vereadora Fernanda Santos, em relação aos museus e bibliotecas, dizer que eu não estava à espera de melhor, até porque, relativamente a esta área, acaba por ser sempre a mesma conversa. É a saudosa cassette da CDU, que sempre que se fala dos museus e das bibliotecas, ela é colocada no rádio, que hoje em dia já nem se utiliza, e lá vem a mesma conversa. E o mesmo, significa recuarmos uns anos, e em alguns casos nem muitos, porque, a hoje, Vereadora Fernanda Santos, na altura, foi chefe de Unidade das Bibliotecas e, curiosamente, até estava sob a tutela do Vice-Presidente, à data, Paulo Piteira. -----

Portanto, os problemas que a senhora Vereadora aqui elencou, não são de hoje, não são de ontem, não são de há um ano. Já existiam. E esta desarticulação de que a senhora Vereadora fala, deve saber que não é uma desarticulação nova, mas uma desarticulação que a senhora Vereadora trouxe consigo. -----

Nós temos no papel, só a título de exemplo, a questão da rede das bibliotecas. Temos duas bibliotecas que têm uma programação distinta, que, muitas das vezes, não estão articuladas, até em relação a fundos bibliográficos, em catalogação e é esse o caminho que esta nova chefia começou a trilhar. Ou seja, da articulação entre as duas bibliotecas municipais e a criação de uma verdadeira rede de bibliotecas municipais. -----

Também importa dizer, que é mentira, cada vez que a senhora Vereadora diz que se acabou com a Bebética, na Biblioteca José Saramago. É mentira. Não se acabou. Foi, foi realocizada e criou-se uma nova valência na biblioteca, que muito vos devia de orgulhar, que aliás, foi um sucesso, e que, na altura, quando a senhora Vereadora era Chefe de Unidade, não gostava que tivesse sido implementado, que é o facto de os alunos do nosso concelho, poderem estudar até horas mais tarde nas nossas bibliotecas.-----

Portanto, não é pelo facto de o contador estar avaliado. No seu tempo, as pessoas que iam à biblioteca, também não eram contadas. -----

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, há aqui coisas sobre as quais tem que ser reposta a verdade. E a primeira, e quero devolver-lhe a palavra, senhor Presidente, já é altura de nos dar um bocado de tréguas a tantas mentiras e calúnias que se continuam a dizer, sistematicamente, nesta casa. -----

Que o senhor Presidente o diga, nos meios de comunicação social, porque não tem resposta, aí já estamos habituados. Mas dê-nos um bocadinho de tréguas no conjunto de mentiras sobre os vários temas. Já é tempo! Mas está-lhe na massa do sangue.-----

Portanto, vou dizer-lhe o seguinte: o ex-Primeiro Ministro veio cá, mas foi o Governo à data, que convidou o Município. Foi ele que o convidou para fazer o tal número. Portanto, não esteja sempre a repetir a mesma mentira. -----

Depois, em relação ao processo do metro, quero dizer-lhe que esse processo não estava fechado. O processo do metro, estava a meio da fase de projeto e, como é obvio, não se iria fazer uma discussão pública nessa fase. Agora, o que o senhor não é capaz de dizer, é que depois de passado o tempo e de ter sido aqui aprovado a execução do projeto, passaram dois anos e o senhor fez uma discussão pública, porque foi a Junta de Freguesia que vos convidou para isso. O processo do metro, vocês resolveram-no mal. É o nosso entendimento. -----

Ou acha que todas as pessoas do Infantado, acham que aquela solução é a mais positiva? Nós achamos que não. E o tempo dirá o que é que vai ali acontecer. -----

Senhor Presidente, já disse aqui várias vezes e vou voltar a dizer-lhe: não havia nenhum documento, como não poderia deixar de haver, relativamente aos custos que foram apresentados pelo metro, que seriam, na totalidade, de

duzentos e cinquenta e cinco milhões, à data. Não havia. Portanto, deixe de dizer essa mentira. Está a levantar suspeitas. Senhor Presidente, então não foi apresentado esse valor, no protocolo, de duzentos e cinquenta e cinco milhões? Então eu não disse aqui logo no início do trabalho, que se estava a fazer injustiça, relativamente aos outros casos, como o senhor Ministro do Ambiente está a fazer no Porto, que estão a pagar tudo? Fomos nós que dissemos isso aqui. E o senhor aproveitou, e bem, porque não era justo que este município tivesse que pagar uma parte e os outros não. Fomos nós, CDU, que falámos aqui sobre isso, em primeiro lugar. E não havia nada previsto para isso. -----

Portanto, peço-lhe, senhor Presidente, que não volte a levantar calúnias sobre esse facto concreto. -----

Depois, sobre a Praça da República, quero dizer que aquele projeto é uma vergonha. O maior espaço verde daquele projeto, é uma rotunda. E eu gostava de saber, se os seus filhos vão brincar para aquela rotunda. Se tem qualidade de espaço público. Gostava que me respondesse em relação a isso. A nosso ver, não tem. -----

Aquilo não dá lugar a um espaço público de qualidade, porque é feito pelo privado e o privado defendeu os interesses dele. E quais são os interesses dele? É retirar todas as pessoas daquela urbanização. -----

Mas haveremos de discutir isso com mais calma. Porque nesse caso, o senhor também retirou uma obrigação desse urbanizador, que era construir uma via sobre a A1. Foram os senhores que retiraram essa obrigação ao promotor. Porque isso custa dinheiro ao promotor e um privado ter que pagar, quando vai construir oitocentos fogos na zona central de Sacavém, e não ter que fazer as infraestruturas necessárias para escoar as pessoas daquela zona, é benéfico para ele. Então, vamos prejudicar a Praça da República e vamos fazer um conjunto de vias, porque não há outro sítio para sair. -----

Olhe senhor Presidente, basta ir à Praça de Espanha e ver o que foi feito lá. Foi o seu Governo PS que fez aquela qualificação, em favor dos munícipes. Não é preciso ir a uma gestão da CDU. Vá à gestão do seu colega PS de Lisboa, relativamente ao projeto da Praça de Espanha, que tem contornos e características iguais, em que foi possível regularizar o trânsito, em favor das pessoas e de uma qualidade do espaço público. É isso que defendemos. Portanto, aquele projeto para a Praça da República em Sacavém, é mau. -----

Senhor Presidente, é por ser uma gestão PS que nós não fazemos projetos em Sacavém? Já tive em desacordo com presidentes da CDU, porque havia obras que estavam previstas para aquelas freguesias, e nós não concordávamos com eles. Não é mal nenhum discordar de alguns projetos que não são benéficos para as populações. Agora, vir aqui dizer que a CDU não fez projetos em Sacavém, só porque a Junta de Freguesia era PS, isso é mais uma difamação. Sabe bem que isso não é verdade, nem sério, politicamente. -----

Senhor Presidente, depois, dizer o seguinte: o senhor disse que nós só tivemos sonhos. Sonhos? Acho engraçado dizer isso. Então no início deste mandato, o senhor não andou a inaugurar um conjunto de obras que foram iniciadas e executadas pela CDU? Quer que eu lhe recorde? Olhe, tivemos o sonho de construir a Escola de Sacavém. O sonho de construir a Escola do Catujal. Quer mais? O sonho do Pavilhão da João Villaret. Tantos sonhos concretizados que o senhor foi inaugurar. E nós só temos sonhos? De facto, a sua forma de estar na política, é triste. É muito triste que se venha para a política lançar boatos e insinuações, de forma leviana e com inverdades. É triste lançarem-se inverdades e difamações. Agora que aproveitem. Claro que sim. -----

Mais, o senhor Vereador Nuno Dias, diz que vão emitir mais alvarás. Claro que sim, porque o processo das AUGIS começou em dois mil e quinze e é um processo de confiança que foi adquirido. Ou os senhores pensam que os alvarás que emitiram em dois mil e vinte e dois, foi do trabalho que fizeram nesse ano? Aliás, o que é grave, é o senhor Vereador vir dizer, que nestes dois anos e meio de mandato, já emitiu mais alvarás, do que em toda a gestão da CDU. Já o disse em vários fóruns. Mas isso não é verdade. E isso eu não admito. Agora, que emitam mais, ainda bem. É sinal que o trabalho que fizemos estava a ser bem feito e teve continuidade. E isso é de valorizar. -----

Agora, o que não é de valorizar, é a mentira. Senhor Vereador Nuno Dias, o que eu não suporto, é a mentira. E os senhores ainda não emitiram mais alvarás, do que toda a gestão da CDU. Se podem vir a emitir mais, se calhar sim. E ainda bem. Porque o senhor emitiu os alvarás que emitiu em dois mil e vinte e dois, porque foi trabalho da CDU. E isso não pode deixar de ser dito. --

O trabalho nesta área, de facto, tem que ter continuidade, em que os nossos serviços tiveram e têm, um trabalho determinante. E a confiança que foi dada às Comissões Administrativas, com a aprovação do PDM em dois mil e quinze, foi essencial para se poder fazer o trabalho que está a ser feito. Portanto, o

senhor Vereador tem que falar verdade sobre os números que apresenta nos vários fóruns e aqui. -----

Para terminar, dizer à senhora Vice-Presidente o seguinte: senhora Vice-Presidente, eu, de si, esperava um bocadinho mais, porque querer-se alterar os projetos, isso é legítimo da sua parte. Não é isso que está em causa. Agora, dizer-se que nada foi feito ... Em relação ao edifício 4 de outubro, foi feita uma intervenção. Provavelmente ainda não reparou, mas a cobertura não é a mesma que os senhores cá deixaram. Teve que se estancar numa primeira fase, porque estava a cair aos bocados. Fez-se uma primeira obra de intervenção e o projeto está lá, queiram os senhores fazê-la ou não. Portanto, havia e há trabalho feito, havia obra feita e há obra para os senhores fazerem, como é o projeto da variante, que já estava pronto. Tenho pena é que não avance com o prolongamento do troço dezassete da variante de A-das-Lebres. Mas o projeto está feito. -----

Depois, dizer que já aqui falamos várias vezes, que os projetos têm um processo, e o estudo de ideias do Romeu e Julieta não demorou quatro anos. Houve uma fase de preparação e de auscultação com todos os serviços, dos senhores vereadores inclusivamente, que os senhores parece que se esqueceram, que foi essencial para o projeto/estudo prévio, que os senhores alteraram posteriormente. Da mesma forma da Quinta do Galeão e do Eixo Norte/Sul, que também tinha um estudo prévio e um programa preliminar, que os senhores aproveitaram e bem. -----

Portanto, vir dizer que nada estava feito, é triste. Não há necessidade disso. Deram continuidade a algumas coisas e ainda bem. Há que valorizar as coisas a que deram continuidade, para bem da nossa população. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador Tiago Matias, eu é que não lhe admito, que diga que eu menti, ao dizer que a sessão pública que houve com o senhor Primeiro Ministro, à época, António Costa e o senhor Presidente da Câmara, Bernardino Soares, foi a pedido do Governo? É mentira. Foi a pedido, quase que implorado, pela CDU. Digo-o aqui e repito. E tem que me provar que eu estou a mentir. Mentiroso foi o senhor agora aqui. Que falta de topete a sua, vir mentir! -----

O senhor Vereador é que disse que eu menti, ao dizer que esta sessão foi a pedido do Governo. Então o senhor Vereador vai ter que provar onde é que eu menti. -----

As coisas não podem ser ditas com leviandade, senhor Vereador. Portanto, vai ter que provar onde é que eu menti. Onde é que eu menti, ao dizer que a sessão, dois meses antes das eleições autárquicas, feita aqui com o então Primeiro Ministro António Costa, com o Presidente da Câmara, à época, Bernardino Soares e o Presidente da Câmara de Odivelas, Hugo Martins, foi a pedido da CDU, para que a sessão fosse feita aqui e fosse naquela altura. Diga lá onde é que eu menti. Prove onde é que eu menti. Tem que provar. -----

Pergunto, que validade é que tinha aquele documento que foi ali feito, para ser feito dois meses antes das eleições, com pompa e circunstância, no Parque da Cidade, até com televisão? Para quê, se não para o “*show-off*” autárquico?----

Repare, o traçado ainda não estava definido. Podia ser claro quem financiava. Mas quem me disse a mim, foi o Presidente do Metro, numa reunião e o Ministro das Finanças Fernando Medina, que havia um compromisso verbal do Presidente da Câmara Bernardino Soares, de suportar o arranjo da requalificação pública. Foi dito pelo senhor Ministro das Finanças e pelo Presidente do Metro, que havia um acordo de compromisso, em que a Câmara financiava. -----

Já viram que os senhores estavam a colocar em causa, cinquenta milhões de euros dos cofres do Município? E foi este Executivo Municipal, que lutou e que conseguiu fazer com que não pagássemos esse compromisso verbal que o senhor Presidente da Câmara, à época, tinha dado ao senhor Ministro das Finanças. -----

Portanto, quanto ao Metro, os senhores deixaram muito a desejar. Mas mesmo muito a desejar. Portanto, volto a repetir, com todas as palavras da minha afirmação, este “*show-off*” que aqui foi feito dois meses antes das eleições autárquicas, com o Primeiro Ministro, à época António Costa, o Presidente da Câmara de Odivelas, Hugo Martins e o então Presidente da Câmara de Loures, Bernardino Soares, foi a pedido da CDU, para “*show-off*” político. E estou aqui a dizê-lo, claramente, e a afirmá-lo. E não estou a mentir. -----

Não estou a mentir, também, ao dizer que nesse documento, não estava nada, relativamente ao que é que cada um pagava nestes duzentos e cinquenta milhões que estavam previstos. Por isso, digo e reafirmo, dito pelo ex-Primeiro

Ministro das Finanças, pelo atual Presidente do Metro, havia um compromisso da Câmara em pagar. E isso foi uma luta que nós tivemos. Portanto, reafirmo o que disse.-----

Depois, dizer ainda, em relação à Praça da República, que nós fazemos e fazemo-lo da forma como entendemos que é o melhor para a população. Apesar de o senhor Vereador não concordar com ela. Tal como em relação à Quinta do Património, que o senhor não concorda, e é legítimo, mas nós concordamos e a população também concorda. -----

Depois, outra coisa que quero comparar. Quero dizer à senhora Vereadora Fernanda Santos, em relação à conservação e manutenção dos edifícios municipais, que em dois mil e vinte e um, ano de gestão vossa, um investimento de dois milhões de euros. Em dois mil e vinte e dois, um, ponto, nove. Em dois mil e vinte e três, dois milhões de euros, e em dois mil e vinte e quatro, está orçamentado cinco, ponto, dois milhões de euros. Sé para compararmos a questão da conservação e manutenção de edifícios municipais. -----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, antes da minha intervenção, queria voltar a colocar uma questão que não foi respondida. E gostava que fosse respondida, para poder fazer a minha intervenção. -----

No Relatório de Atividades de dois mil e vinte e dois, na página oitocentos e cinquenta e nove, relatório da responsabilidade do Partido Socialista, e nesta matéria sob a responsabilidade da senhora Vice-Presidente, aquilo que refere, é que o núcleo de fiscalização e vistorias, realizou quarenta e quatro despejos. Portanto, a frase não é do vereador da CDU. A frase é da senhora Vice-Presidente. Mas o que eu quero mesmo saber, é, em dois mil e vinte e três, quantos despejos aconteceram. Podemos saber?-----

Depois, a minha intervenção, é para dizer que, aqui, a técnica do Partido Socialista, é discutir o passado para não discutir o presente. É essa a técnica. E faz sempre questão de discutir aquilo que aconteceu há quatro, cinco, ou seis anos atrás, para não ter que discutir a inércia e a incapacidade demonstrada pelo atual Executivo. -----

Portanto, queria dar algumas notas. A primeira, é que a sessão que foi feita aqui no Parque da Cidade, não foi organizada pela Câmara Municipal de Loures. Foi organizada pelo Metro. Portanto, é importante referir essa questão.

A segunda é que, não havendo esse protocolo, não haveria metro para Loures. Portanto, os senhores, aquilo que fizeram, foi aproveitar o compromisso que foi possível de fazer nessa data, com as condições que o Metro e o Governo entenderam e avançar com o processo. Portanto, não venham agora fazer de conta que o que ali foi assinado, foi um papel sem qualquer valor. Não. Aquele foi o primeiro passo para a assunção de compromissos novos nessa matéria. E nós orgulhamo-nos de o ter feito. E ficaremos, para sempre, ligados ao Metro aqui para Loures. Porque foi com a gestão da CDU, que foi possível fazer com que esse assunto voltasse outra vez para cima da mesa, que houvesse um compromisso de um Governo, que foi obrigado a concretizá-lo com a nova gestão da Câmara Municipal. -----

Depois, outra questão que também queria aqui referir, é a seguinte: os senhores Vereadores, em particular o senhor Presidente, vêm criticar a CDU, porque só fez sonhos e não fez obra. Primeiro, isso, evidentemente, não é verdade e os factos falam por si e aquilo que a CDU fez neste Concelho, ao longo dos últimos oito anos da sua gestão, muito nos orgulha de termos conseguido fazer. E não temos nenhum problema com as comparações. -----

Agora, não podemos deixar de referir aqui hoje, novamente, que decorria o dia vinte de novembro de dois mil e dezanove, quando veio aqui a esta Reunião de Câmara, a possibilidade de avançarmos com projetos importantíssimos para o Concelho, que agora os senhores vêm dizer que a CDU não teve capacidade de fazer. Por exemplo, o senhor Presidente da Câmara, vem falar da Variante a Loures. Vejam bem o que o senhor Presidente da Câmara vai buscar. Não fale mais nisso, senhor Presidente. Até lhe fica mal. Os senhores, em conjunto com o PSD, estavam tão preocupados com a população, que impediram que essa obra avançasse no ano de dois mil e dezanove. Foi no dia vinte de novembro de dois mil e dezanove. Ou seja, aquilo que temos, é um atraso de mais quatro anos na Variante a Loures, por responsabilidade do PS e do PSD. E passado quatro anos é que estão a começar a obra? Se já estão aqui há dois anos e meio, então o que é que andaram a fazer, também?-----

Quanto à questão dos equipamentos municipais, senhor Presidente, tivesse o PS e o PSD, deixado avançar a obra do Museu da Cerâmica, em dois mil e dezanove, que também foi chumbada por estes dois partidos, e esses números que o senhor acabou de dar de investimento nos equipamentos municipais, não

eram esses. Eram, pelo menos, mais dois milhões de euros de equipamentos municipais. E não foram feitos, porque os senhores não deixaram. ----- Os senhores dizem que têm preocupação com a população. Os senhores queriam lá saber da população. Queriam era que a CDU não avançasse com a obra que estava programada. Esse é que era o vosso objetivo. Aliás, sempre foi o vosso objetivo. E conseguiram. E noutras obras também, que voltaremos a discuti-las, proximamente.-----

Aqui, a diferença entre nós, CDU e PS, não é a execução de obras, senhor Presidente. A diferença entre a CDU e o PS, é a seguinte: a CDU pauta as suas posições, por aquilo que é melhor para este Concelho e para os seus municípios. E é por isso que quando o senhor Presidente e os vereadores do PS e do PSD, apresentaram aqui uma proposta para se avançar com o empréstimo para a variante a Loures, nós não votámos contra. Votámos a favor. Ao contrário daquilo que os senhores fizeram em dois mil e dezanove. Ou quando apresentaram aqui um empréstimo para as obras do Museu da Cerâmica, nós não votámos contra. Votámos a favor. Ao contrário daquilo que os senhores do PS e do PSD fizeram. E está é que é a grande diferença. É que, connosco, sabem com o que é que contam. Sabem que contam sempre com a defesa do Concelho e dos interesses dos municípios do Concelho de Loures. -----

Podemos discordar. E quando o fazemos, evidentemente, que também o dizemos. Mas não votamos contra um projeto, só porque, sendo bom para o Concelho, está a ser feito pelo PS ou pelo PSD. Isso não faz parte da nossa forma de estar. Ao contrário da vossa forma de estar, essa é que é a nossa grande diferença. É que para nós, de facto, os municípios estão sempre em primeiro lugar. Para vocês não foi assim, e agora o atraso é o que se vê. Quatro e cinco anos de atraso de obras que podiam estar feitas, e que agora estão a começar. Aliás, algumas, vão ser agora iniciados os procedimentos. Por vossa responsabilidade.-----

Depois, senhora Vereadora Paula Magalhães, relativamente à questão da Polícia Municipal, nomeadamente, dos acidentes de trabalho, não é o Vereador da CDU que diz isso. É o Relatório de Atividades que refere essa questão. Portanto, limitámo-nos a perguntar o que é que se passa. Porque não é a CDU que diz que houve uma diminuição de vinte e cinco por cento, na resposta às solicitações dos serviços da Câmara, para atuação da Polícia Municipal. Não

somos nós! Está escrito no Relatório. Portanto, não diga que fomos nós. São os serviços da Câmara que dizem que houve uma diminuição de vinte e cinco por cento. Até lhe digo a página. São as páginas cento e dezassete e cento e dezoito. Até lhe vou ler o que lá está escrito: “(...) no ano de dois mil e vinte e três, registou-se uma diminuição de cerca de vinte e cinco por cento, na execução das requisições de policiamento, solicitadas por parte das unidades orgânicas da Câmara Municipal de Loures. Esta situação, está relacionada com a atipicidade do ano de dois mil e vinte e três, bem como o facto de, dos trinta e um agentes do efetivo policial, trinta, declararam greve ao trabalho suplementar. (...)”. Portanto, só para não ficar a ideia, que os Vereadores da CDU estão aqui a inventar coisas. Não. Está no escrito no Relatório e qualquer pessoa pode aceder ao mesmo e confirmar que houve uma diminuição de vinte e cinco por cento dos serviços prestados à Câmara Municipal, por parte da Polícia Municipal, durante o ano de dois mil e vinte e três. -----

Senhor Presidente e senhor Vereador Nuno Dias, quero dizer-vos, que, por favor, nunca mais digam que o traçado do Infantado estava fechado. Nunca mais digam isso. Nunca mais. Porque o senhor Presidente hoje, no meio desta situação fervente, acabou por dizer que nem o traçado estava fechado. O traçado estava a ser construído. Portanto, concordamos com a afirmação do senhor Presidente nesta matéria, porque, quanto a essa, de facto, não mentiu. Disse a verdade e isso é importante ser aqui referido.-----

Depois, quanto à sinistralidade, dizer que o número deste ano, é o número mais alto desde dois mil e nove. E comparando com o ano de referência, como a senhora Vice-Presidente disse, que era o ano de dois mil e dezanove, há um aumento de trinta e três por cento, face ao ano de dois mil e dezanove. Portanto, aquilo que queremos saber, é se existe algum relatório sobre estes acidentes de trabalho. Se existem algumas medidas concretas que sejam apontadas pelos serviços e se existirem, gostaríamos de ter acesso a essa documentação, para a podermos analisar.-----

Quanto à questão da situação dos ex-inquilinos, diz a senhora Vice-Presidente, e bem, que esse valor aumentou este ano, como nunca tinha aumentado. Aí é que nós discordamos. Porque este ano, o valor de dívida de ex-inquilinos, aumentou cerca de setecentos mil euros. É esse o valor que está no Relatório de Atividades. Em dois mil e vinte, o valor de ex-inquilinos, aumentou um milhão de euros. Foi um aumento como nunca aconteceu, porque se resolveram

muitas situações de ocupações ilegais nesse ano. Porque foi possível recuperar muitas habitações e, principalmente, de pessoas que eram incumpridoras há muitos anos. Portanto, olhando para os números, percebe-se que isso foi um ano em que, de facto, se resolveram muitas questões relacionadas com inquilinos que ocupavam as suas casas e que não faziam o respetivo pagamento das prestações. Basta ver aquilo que está no Relatório deste ano. -----

Não continua nos anos a seguir, porque tivemos os anos de pandemia onde, como sabemos, as restrições de aplicação de posses administrativas e de despejos, eram completamente diferentes daquelas que normalmente se aplicam. -----

Depois, senhora Vice-Presidente, quanto à questão das rendas vencidas, dizer-lhe, que só no primeiro semestre de dois mil e vinte e um, o recebimento destas rendas, foi de sessenta mil euros. Último ano de gestão CDU. Só no primeiro semestre. Não tenho os valores do final do ano porque já não estava como vereador com pelouro, portanto, não tenho. Mas aquilo que peço aqui, em forma de requerimento, é que nos seja dada informação, da totalidade de rendas vencidas, que foram recuperadas pela Câmara Municipal, durante o ano de dois mil e vinte e um. -----

Deixe-me também dizer, que, de facto, o valor que é apontado no ano de dois mil e vinte e três, é de duzentos mil euros. Pois bem, duzentos mil euros, um terço desse valor é dinheiro da Segurança Social, que entrou diretamente para a Câmara Municipal. portanto, qual foi o papel da Câmara? Nenhum. Além da imoralidade que é essa medida, que é a de utilizar apoios económicos para pagamento de dívida de rendas municipais. Só aí, foi um terço dos duzentos mil euros, que foi transferido da Segurança Social, para pagar essa dívida. Mas ficamos a aguardar o valor de rendas vencidas, durante o ano de dois mil e vinte e um. -----

Depois, o senhor Presidente e a senhora Vice-Presidente, andam aqui a dizer, que carregaram dívida para a Autoridade Tributária, que primeiro foram quinhentos mil euros e agora já vão em setecentos e oitenta mil. Ninguém foi capaz, durante esta Reunião de Câmara, de dizer quanto dinheiro é que entrou da Autoridade Tributária. Ninguém é capaz de dar essa informação? Dizer que, referente a determinado número de processos que foram colocados, entrou “x” valor. Esse número existe. E ninguém é capaz de dizer isso? Isso é muito

estranho. Portanto, espero que até ao final da Reunião de Câmara, ainda seja possível fazerem-nos chegar esses valores. -----

Portanto, no fundo, senhor Presidente, há duas questões que foram colocadas que não tiveram resposta, e gostaria de ter essa resposta, que é o número de despejos ocorridos em dois mil e vinte e três e o valor que já foi conseguido recuperar de dívida municipal, através das execuções fiscais. -----

A VEREADORA, SR^a. FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, eu, há pouco, falei exclusivamente dos equipamentos municipais, e não falei em todos os edifícios municipais que carecem de intervenção. -----

Depois, dizer que ainda bem que incomodam as questões que nós colocamos a esta bancada e ainda bem que os senhores reagem às mesmas, porque isso significa que nós temos alguma razão nas questões que colocamos. Senhor Presidente, de facto, deixámos coisas para fazer, porque não conseguimos fazer algumas. Efetivamente, a nível dos equipamentos municipais, aquilo que lamentamos, é que ainda se tenham degradado mais, porque se não reparamos, cada vez se degradam mais. Mas com este maior Orçamento de sempre, os senhores que dizem que fazem, que estão a fazer e que irão fazer, ficamos aqui a aguardar. -----

Depois, dizer ao senhor Vereador Vasco Touguinha, que não tive resposta em relação ao contador da Biblioteca Municipal José Saramago. Está reparado, não está reparado? -----

Depois, outra coisa, senhor Vereador, já não é a primeira vez que deixa destilar aqui o seu anticomunismo primário, que é uma coisa que não lhe fica muito bem. Sabe, é que nós já não usamos cassetes há muitos anos, por isso, devia-se atualizar um pouco. E devia atualizar-se porque nós já utilizamos muitos outros meios digitais, para além da cassete. E depois nós não repetimos as coisas. E também não confundimos a estrada da Beira com a beira da estrada. E o senhor Vereador gosta muito de aludir aqui às minhas funções profissionais, as quais eu tenho muito orgulho em as exercer, seja em que sítio for, incluindo este Município. -----

Sabe, ao fim dos quatro anos que aqui estive na direção das bibliotecas municipais, orgulho-me do trabalho que foi deixado e orgulho-me da excelente equipa que as bibliotecas têm. E orgulho-me da articulação que era feita. -----

Senhor Vereador, eu sugeria-lhe que antes de o senhor falar em rede de bibliotecas se fosse informar, exatamente, o que é uma rede de bibliotecas. Porque nós tínhamos uma rede de bibliotecas. E até temos uma rede de bibliotecas em Loures, que passa muito para além das bibliotecas municipais. Passa pelas cinquenta e uma bibliotecas escolares. Passa pelas redes do movimento associativo, etc.. E ao que assistimos neste momento, é a uma menorização de uma biblioteca em relação a outra. E isso, senhor Vereador, cai muito mal em todos. Mas são opções que os senhores têm, que, do ponto de vista técnico e político, são erradas. -----

Senhor Vereador, volto a aconselhá-lo que se informe um pouco melhor antes de dizer aqui ou debitar coisas das quais não faz a mínima ideia daquilo que está a dizer porque isso é degradável. -----

Pedia ao senhor Presidente que me fosse dada resposta à questão do contador da Biblioteca Municipal José Saramago, se está reparado ou não. -----

Senhora Vice-Presidente, em relação às comemorações do “25 de Abril”, como eu lhe disse, neste momento, e parafraseando uma canção de um autor que eu gosto muito, “*soube-me a pouco*”. Este primeiro trimestre “*soube-me a pouco*”. Mas quando acabarmos o ano de comemorações, quando vierem os outros três trimestres, terei todo o prazer em discutir e fazer um balanço sobre estas comemorações do “25 de Abril” e, sobretudo, devo dizer-lhe uma coisa que eu disse há pouco e que se calhar não fui muito clara. Sabemos que houve muitas propostas dos serviços. Aliás, os nossos serviços camarários são muito bons nesse aspeto, conhecem muito bem o território e têm propostas de grande qualidade. Mas lamentamos que tenha havido propostas que tenham sido censuradas, não sabemos por que motivos, e que não tenham sido levadas avante. -----

Lamentamos isso e esperamos que haja uma reversão nesse sentido, por quem o fez e que essas atividades que eram iniciativas, ao que consta, de qualidade, com envolvimento de entidades externas à Câmara, com provas dadas na matéria, possam ser levadas a cabo e possam ainda melhorar um programa que se quer digno de qualidade pelo simbolismo da data e por aquilo que significa o “25 de Abril”, que nos permite, por exemplo, hoje, estarmos, aqui, todos, nesta sala, a discutir um instrumento tão importante como são as Contas do Município. -----

A SR^a VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, começava por responder à senhora Vereadora Fernanda Santos, dizendo-lhe que utilizando a mesma música, se a senhora Vereadora estivesse estado, na passada quinta-feira, na apresentação do programa, podia interpretar a outra parte da música, que é “*hoje soube-me a tanto, hoje soube-me a tanto*”, que foi aquela sensação que ficámos todos aqueles que estivemos no auditório da Escola Secundária António Carvalho de Figueiredo, relativamente ao momento da apresentação da programação e depois a uma partilha que ali tivemos com o Coronel Vasco Lourenço e o senhor Presidente da Câmara, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, uma plateia inter-geracional, que ali esteve connosco durante aquela rica tarde. -----

Relativamente à questão do senhor Vereador Gonçalo Caroço, dizer ao senhor vereador, que o que fizemos no ano de dois mil e vinte e três, foram cinquenta e seis desocupações, já lhe disse que a terminologias correta para fazer despejos é depois de fazer o procedimento administrativo. E o procedimento administrativo, com este Executivo Municipal e com o Regulamento que está neste momento em vigor, está em curso a sua tramitação e faremos nos próximos meses.-----

Relativamente à habitação, nomeadamente, os dados da execução fiscal, vamos pedir ao Serviço de Execuções Fiscais, que nos possa dar esta informação, porque eu tenho um número da parte da habitação, mas pode não estar fidedigno e quero partilhar com o senhor Vereador, uma informação o mais fiável possível, com a certeza do seguinte: nós sabemos que não é por aqui que vamos recuperar os setecentos mil euros de processos cuja dívida já está inserida, ou os cinco milhões que pretendemos inserir. Aquilo que sabemos, é que este é o caminho processual, para darmos aquela dívida como não sendo possível a sua recuperação.-----

O senhor vereador sabe, que se estes arrendatários tivessem património que agora nos permitisse ir arrecadar esta dívida, com certeza, que há muito, sobretudo com a fiscalização ativa que o senhor vereador levou a cabo durante os oito anos, não estariam a viver numa habitação pública municipal. -----

Senhor Presidente, eu peço-lhe permissão, para, neste último momento que posso usar da palavra, de fazer aqui alguns destaques nas áreas que estiveram sob a minha responsabilidade, e um primeiro, tem que ser relativamente à Jornada Mundial da Juventude. A Jornada Mundial da Juventude, que é algo

que nós, na Prestação de Contas do próximo ano já não teremos, mas este ano temos que dar aqui esta nota, foi o maior evento de sempre no nosso país. Aliás, foi dito pelo Papa Francisco, que esta foi a maior e melhor organização que foi concretizada em Portugal. Um milhão e meio de peregrinos, estiveram na Jornada Mundial da Juventude. Dezasseis mil peregrinos, pernoitaram no território do nosso Concelho. Conseguimos fazer uma gestão muito rigorosa, do ponto de vista orçamental, por forma a não executarmos tudo aquilo que tínhamos, inicialmente, previsto. Ou seja, dos nove, ponto, seis, milhões de euros, executámos sete, ponto, um, milhões de euros.-----

Portanto, não podemos deixar de dar esta nota aqui, para que fique registada. Relativamente às oportunidades que este Executivo Municipal desenvolveu no ano de dois mil e vinte e três, com recurso ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, lamentamos que os senhores Vereadores da CDU não tenham feito aqui este reconhecimento. Quer na área da habitação, quer na área da saúde, entre outras. Mas são excelentes exemplos em como utilizámos todos os instrumentos que tínhamos à nossa disposição e em tempo record, porque ao contrário do que os senhores Vereadores aqui disseram, nomeadamente, na área da habitação, nem um projeto nós tínhamos, quando aqui chegámos, para poder carregar nesta plataforma do IHRI – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.-----

A concretização, também foi deste Executivo Municipal e no ano de dois mil e vinte e três, dos processos de descentralização de competências, na área da ação social e da saúde. Os senhores Vereadores, relativamente a esta matéria, passava-vos, igualmente, ao lado. E conseguirmos negociar, quer num pacote, quer noutra, condições altamente vantajosas, para este Executivo Municipal. - Na habitação, triplicámos o apoio à habitação jovem. Três vezes mais, foi aquilo que este Executivo Municipal deu. Alargámos as respostas municipais na área da ação social. Sobejamente necessários, como todos sabemos. No domínio da promoção da atividade física e do desporto, igual. No apoio aos jovens. No apoio ao tecido associativo. Senhor Presidente, obrigado, esta nota tinha que deixar aqui nesta reunião.-----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Para terminar e antes de passar à votação deste documento, queria deixar um agradecimento a todos os Departamentos e a todos os trabalhadores da Câmara, mas, em particular, ao Departamento

Financeiro, pela elaboração, a qualidade e a transparência do documento que hoje aqui nos trazem, bem como o profissionalismo com que a ele se dedicaram. Queria elogiar e agradecer a todos aqueles que, obviamente, contribuíram para a elaboração deste documento. Eu e todos os Vereadores da Câmara, o meu/nosso obrigado pelo vosso trabalho. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRª VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. -----

ABSTIVERAM-SE A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. -----
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO -----

DECLARAÇÃO DE VOTO-----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, as Contas de dois mil e vinte e três, que nos são agora apresentadas, vieram confirmar, muitas das afirmações que foram sendo feitas pela CDU, desde a aprovação do Orçamento para esse mesmo ano.-----

Afirmações essas, que pretendiam evidenciar as opções erradas do atual executivo em várias áreas, e que se confirmam agora como mais um ano perdido e mesmo uma oportunidade única perdida, decorrente do financiamento do PRR, para diversas áreas, que se percebe, já, que ficarão muito aquém do que era possível e necessário, para o Concelho de Loures.---

As contas vieram confirmar que PS e PSD, mesmo tendo aumentado, mais uma vez, em sete, vírgula, cinco milhões de euros, a arrecadação de impostos diretos em dois mil e vinte e três, impediram, não só uma diminuição do IMI mais substancial, conforme foi proposto pela CDU, mas também recusar assumir, por parte do Município, o aumento da transferência para os SIMAR, abdicando assim do aumento de sete, vírgula, cinco, por cento da tarifa da água que veio penalizar, mais ainda, a população do concelho. -----

O aumento da cobrança do IMI, em cerca de trezentos mil euros, o IUC em setecentos mil euros, o IMT em mais de dois, vírgula, cinco milhões de euros e

da derrama em cerca de quatro milhões de euros, são a demonstração clara que PS e PSD, tiveram o maior orçamento de sempre, que possibilitava aliviar, de forma clara, a vida dos munícipes e não o agravar das suas condições de vida, como acabou por ser a opção destes dois partidos. -----

As Contas agora apresentadas, revelam que os níveis de execução da despesa, em particular do Plano Plurianual de Investimentos, decorrem, no essencial, de obras iniciadas ou adjudicadas ainda pela CDU, de que são exemplos, as escolas da Flamenga, número três de Unhos e a número três de Sacavém, o Pavilhão da Escola João Villaret, a remoção de amianto nas escolas, o centro de saúde do Catujal, o controlo das cheias no Rio de Loures e o Caneiro de Sacavém. Foram estas obras, fruto do trabalho da CDU, que possibilitaram ao atual executivo, avançar e concluir investimentos no ano de dois mil e vinte e três, investimentos estes, que até tentou impedir a sua concretização pela gestão CDU, como é o caso paradigmático da frente ribeirinha, que sempre contou com o voto contra do PS. -----

Tal como dissemos na discussão deste Orçamento, a sua execução seria, em muitos casos, uma mão cheia de nada e esperar-se-ia que os projetos iniciados e deixados pela CDU, vissem a sua concretização, ou pelo menos o seu início, em dois mil e vinte e três. -----

Infelizmente são muitos os projetos que continuaram na gaveta, como por exemplo as escolas de Frielas, da Apelação, da Mealhada ou da Mário Sá Carneiro, em Camarate, que terão como consequência, o aumento de situações de rutura da resposta do pré-escolar e do primeiro ciclo, em vários agrupamentos do concelho, que se começaram já a sentir este ano letivo, contribuindo, também, para a continuação de más condições de trabalho e de estudo, para a comunidade educativa. -----

Na área das respostas sociais, das dezasseis candidaturas aprovadas pelo PARES 2 e 3 e PRR, apenas três iniciaram as suas obras. Ou seja, das quatrocentos e trinta e cinco vagas de creche aprovadas, apenas avançaram dezassete por cento, e das quatrocentas e quatro vagas de lar, não chegaram a quinze por cento, aquelas que avançaram em dois mil e vinte e três, ficando por concretizar, ainda mais noventa vagas de centro de dia, e as duzentas e dez vagas de Serviço de Apoio Domiciliário, refletindo mais uma oportunidade perdida para o nosso concelho, por responsabilidade do PS, quer no Governo, quer na Câmara.-----

O abandono do projeto de requalificação da Estrada Nacional 8, do reperfilamento da EN-115, entre a rotunda de A-das-Lebres e Santo Antão do Tojal, a diminuição em mais de quinhentos novos fogos, a construir pelo município (noventa na Quinta do Mocho, trinta em Montachique, trezentos e oitenta no Bairro CAR, no Zambujal) em troca de uma OPA que, como a CDU, atempadamente, alertou, não iria resolver este grave problema. Confirma-se já hoje, que dos duzentos e setenta fogos que pretendiam adquirir, cerca de cento e setenta, ficaram sem qualquer resposta. A esta inoperância e demissão por parte do atual executivo, junta-se a incapacidade para criar algum programa de renda acessível, para além do apoio aos jovens, programa esse iniciado ainda pela gestão da CDU. -----

Já para não falar do abandono do projeto do Centro Cultural, da recuperação do espaço exterior da Quinta do Mocho, da recuperação do espaço exterior de São Sebastião de Guerreiros ou do Bairro da Fraternidade, da reabilitação do Edifício 4 de Outubro em Loures, ou da remodelação dos Mercados de Loures e de Moscavide. Manteve-se durante o ano de dois mil e vinte e três, o adiamento sucessivo das intervenções necessárias em diversos equipamentos culturais, como sejam o Museu Municipal de Loures, o Museu da Cerâmica e a remodelação dos espaços da Biblioteca José Saramago, já para não falar das necessárias intervenções nos diversos pavilhões desportivos deste concelho. Na área da mobilidade, a gestão PS/PSD evidenciou nas suas ações, uma clara inflexão do caminho, que vinha a ser trilhado em favor da melhoria do transporte público pesado de passageiros e de novos meios de mobilidade suave e vivência do espaço público. -----

O lançamento recente da empreitada da construção do metro ligeiro de superfície, com dois anos de atraso, promoveu soluções danosas para o sucesso da rede, nomeadamente, no transbordo com a linha amarela em Odivelas, o caos que se instalará na estação terminal do Infantado junto ao Loures Shopping, ou a oportunidade perdida da criação de um verdadeiro interface modal, junto ao Hospital Beatriz Ângelo. -----

Os projetos de novas ciclovias, anteriormente candidatas e aprovadas, com ligações aos concelhos limítrofes de Loures para Lisboa ou Odivelas, ficaram na gaveta. O emblemático percurso dos caminhos da água na zona oriental de Loures, com o aproveitamento dos canais do Tejo e Alviela, para unir o nosso território, foram esquecidos ou arquivados. Salvou-se a frente ribeirinha, face

ao nível de desenvolvimento que já possuía, ligando agora Vila Franca a Cascais, com marcante passagem pelo nosso território.-----

A qualificação do espaço público que potencia a vivência urbana e humana, tem vindo a ter retrocessos graves, em favor do uso ao automóvel, como são os exemplos de reversão do projeto da Praça da República, ou da nova rotunda que se pretende construir, na Avenida Estado da Índia.-----

Na área do urbanismo renascem os interesses especulativos imobiliários, como se demonstra pelos projetos anunciados para o Quartel de Sacavém, para o terreno do antigo campo do Grupo Sportivo de Loures, ou a verdadeira borla fiscal avançada para o PP do Prior Velho, com a redução do IVA, da construção para seis por cento, numa área privilegiada de Loures. Ficam prejudicadas as populações e foi perdida a oportunidade de uma melhoria da estruturação viária das nossas cidades, que esses projetos poderiam desencadear. -----

No ambiente, os projetos de reabilitação do parque de Montachique, PUSIA – Parque Urbano de Santa Iria da Azóia, ou a ampliação do Parque Adão Barata, foram, praticamente, esquecidos e sem perspectivas de aumentar novos espaços, além daqueles que as Jornadas Mundiais da Juventude vieram potenciar. -----

Apesar de ter ficado o projeto executado e a verba garantida em dois mil e vinte e um, para a eliminação das descargas de esgoto bruto, atualmente existentes na ribeira do Mocho, oriundas da zona urbana de Camarate, no ano de dois mil e vinte e três, a gestão PS/PSD deixou continuar a degradar-se os ecossistemas, em particular naquela linha de água e do seu sistema a jusante até ao Tejo. -----

Quanto aos recursos humanos, confirma-se que por opção do PS e PSD, o aumento da despesa com pessoal, de mais de seis milhões de euros em dois mil e vinte e três, onde se inclui um aumento de um, vírgula quatro, milhões de euros, para o novo pessoal dirigente, resultante da alteração da nova estrutura orgânica aprovada pelo PS e PSD, mas em contraponto, também por opção destes partidos, não houve mais cerca de duzentos mil euros, para abranger todos os trabalhadores que cumpriam os requisitos da opção gestionária, deixando de fora mais de duzentos trabalhadores, apenas e só, devido às opções erradas, tomadas por PS e PSD nesta matéria. -----

Conforme dissemos, à medida que o mandato avança, PS e PSD, tudo iriam fazer para pagarem as promessas eleitorais que fizeram a tudo e todos, sem

medirem consequências, ou sequer estabelecerem prioridades, o que terá graves efeitos na atividade futura do Município, o qual terá serviços da dívida de mais de dez milhões de euros ao ano, já a partir de dois mil e vinte e quatro e que já atingiu cerca de sete milhões de euros em dois mil e vinte e três. Um endividamento que já duplicou para os quarenta e quatro milhões de euros em dois mil e vinte e três, e que se prevê poder atingir, pelo menos, os oitenta milhões de euros em dois mil e vinte e quatro, o que nos levanta sérias preocupações, quanto ao futuro económico e financeiro do Município.-----

Mas olhando para o relatório de atividades de dois mil e vinte e três, existem algumas questões que são encaradas com preocupação pelos vereadores da CDU. São elas, o aumento da sinistralidade no trabalho, que mais que duplicou em dois mil e vinte e três, face a dois mil e vinte e um. Em dois mil e vinte e três, ocorreram cento e oitenta e seis acidentes de trabalho.-----

No âmbito das execuções fiscais, o número de certidões de dívida emitidas pela Câmara Municipal de Loures, passo essencial para o processo de execução fiscal, diminuíram de forma vertiginosa, para apenas duzentas e setenta certidões com processos instaurados na Autoridade Tributária, estando omitido no relatório, o valor arrecadado no ano de dois mil e vinte e três, com estes processos.-----

Processos estes, que bastas vezes foram referidos pelo atual Executivo Municipal, como, por exemplo, na Reunião de Câmara de doze de abril de dois mil e vinte e três, onde referiam, ter já em execução fiscal, meio milhão de euros, cujo resultado prático, está omissa neste documento, talvez por os valores realmente recuperados, serem irrisórios, embora se informe no relatório atual, que, até novembro de dois mil e vinte e três, teriam sido despachados para cobrança de dívida, cento e trinta e cinco processos, que ascendiam ao valor de cerca de setecentos e oitenta mil euros, sem que se clarifique, afinal, quanto desse valor foi realmente recuperado pelo Município.-----

No serviço da Polícia Municipal, onde o atual Executivo "*tapa o sol com a peneira*", tentando escamotear problemas que urge resolver junto deste trabalhadores, ficámos também a saber, que diminuiu em cerca de vinte e cinco por cento, a execução das requisições de policiamento solicitadas, por parte das unidades orgânicas da Câmara Municipal de Loures e dos SIMAR, obrigando à contratação da PSP, devido ao facto de, dos trinta e um polícias do serviço, trinta, estarem em greve ao trabalho suplementar, o que revela bem,

a necessidade de repensar a organização da Polícia Municipal, não só as prioridades que neste momento a norteiam, mas também as condições que estão ser dadas a estes profissionais, em particular, as instalações municipais que utilizam. -----

Regista-se um número recorde de pedidos de assistência a equipamentos hoteleiros, de cento e oitenta e sete, para trezentos e sete, por falta de resposta da Câmara nesta matéria, a qual se agravou, durante o ano de dois mil e vinte e três, o que levou ao aumento exponencial do uso de descartáveis nas nossas escolas, opção ambientalmente errada, mas que parece não incomodar o atual executivo do PS e do PSD. -----

O projeto de Adaptação ao Meio Aquático (AMA) iniciado pela CDU para todas as crianças do primeiro ciclo das escolas públicas de Loures, viu confirmada a diminuição de crianças, a usufruir deste projeto, de sete mil e quinhentas, para cinco mil, cento e cinquenta e três (cerca de menos trinta e três por cento) com os cortes iniciados neste projeto pelo atual Executivo em dois mil e vinte e três. A paralisação do serviço de apoio aos cuidadores informais, através do projeto ELO, que fez apenas dois atendimentos, em todo o ano de dois mil e vinte e três, e o apoio, praticamente, inexistente do Banco de ajudas técnicas, que respondeu em todo o ano de dois mil e vinte e três, a, apenas, quatro pedidos de apoio. -----

Quanto à questão das rendas de habitação, importa sublinhar a conclusão que se encontra no Relatório de Atividades, e cito: *“Analisada a evolução da dívida vencida, regista-se, desde 2019, uma tendência de diminuição do valor total, refletindo uma desaceleração da dívida total acumulada. Se há cerca de 10 anos (...),”* portanto, em dois mil e catorze, *“(...) a evolução era próxima de 1 milhão anual, esse montante foi decrescendo ao longo dos anos.”*. Portanto, o que só vem confirmar, a situação de total descontrolo na habitação que encontrámos há dez anos, portanto, dois mil e catorze, por responsabilidade do PS, a CDU pôs termo e inverteu. -----

Ainda sobre a habitação, os dados revelados neste relatório, permitem concluir que o programa denominado *“Habitação+Justa”* que instalou o medo junto dos arrendatários Municipais, iniciado pelo atual executivo em dois mil e vinte e três, não conseguiu avançar na diminuição da dívida, na desocupação de fogos municipais e no número de pessoas que passaram a poder ter uma casa com renda apoiada, através de novos realojamentos. Ou seja, os problemas que o

programa “*Habitação+Justa*” dizia querer resolver, permanecem e até se agravaram face a dois mil e vinte e dois. -----

A evolução da dívida teve um aumento de mais duzentos e cinquenta mil euros face a dois mil e vinte e dois, ultrapassando por isso, pela primeira vez, a barreira dos quinze milhões de euros. Este aumento da dívida, em dois mil e vinte e três, tem valores semelhantes aos registados em dois mil e dois mil e vinte e um. Também num ano em que foi prometido pelo PS, a resolução do problema da dívida, através de um plano baseado no medo e na pressão judicial, ignorando, em muitos casos, problemas sociais e económicos dos arrendatários, e em que se utilizaram, imoralmente e com muitas dúvidas, em termos legais, mais de sessenta mil euros, de dinheiros transferidos da Segurança Social para pagar dívida Municipal, só poderemos concluir que o Plano “*Habitação+Justa*”, não alcançou os objetivos a que se tinha proposto. Conclusão que só vem reforçada, quando o número do nível de despejos, informado nesta Reunião de Câmara, estão ao nível do ano de dois mil e vinte, e quando o Relatório nos revela, que em dois mil e vinte e três, foram realizados, apenas, vinte e um realojamentos, menos de metade dos realizados pela gestão CDU, em dois mil e dezanove. -----

O desinvestimento na Equipa do Núcleo de Execução de Obras (NEO), que intervém nos fogos municipais, tendo diminuído em mais de vinte mil euros, o valor global das obras, assim como o número de fogos recuperados em dois mil e vinte e três, face a dois mil e vinte e dois, está em linha com a diminuição da capacidade de resposta da Câmara Municipal, na área da Habitação, conforme já referimos. -----

No essencial, são estas as razões que nos levam a manter a crítica que fizemos, aquando da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e três, e que nos levaram, agora, à abstenção nestes documentos. Crítica, que corporiza as preocupações que a atual gestão do PS e PSD, comporta para o nosso concelho e que, a continuarem, nos levarão, novamente, ao famigerado ano de dois mil e vinte e três, em que o Município era conhecido pelas suas dívidas e pela sua incapacidade de desenvolver e credibilizar Loures na Área Metropolitana de Lisboa e no País. -----

É por isso, com a vontade de quem quer o melhor para o nosso concelho, que aqui apontamos as consequências de dois anos de gestão do PS e do PSD, sempre com uma perspetiva construtiva, alicerçada nos trabalhadores

Municipais e nas forças vivas do nosso concelho, que muito têm contribuído para levar o nosso Município, cada vez mais longe, mesmo quando o seu trabalho, continua a não ser, devidamente, reconhecido, pelas diversas entidades do Estado, e, muito em particular, de sucessivos Governos do nosso País.-----

Para todos eles, vai uma palavra de incentivo da CDU, com a certeza de que continuarão a contar com esta força decisiva, para que Loures seja, cada vez mais e melhor, para quem cá mora, trabalha, ou investe, continuando a trilhar o caminho do desenvolvimento que todos ambicionamos. -----

--- Eram treze horas e quarenta e seis minutos, quando foi aberto o Período de Intervenção do Público.-----

II - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

--- Inscreveu-se para intervir, o Sr. João Soares Resa, residente na Rua das Forças Armadas, em Santo Antão do Tojal, sobre as questões referenciadas nos pontos seguintes:-----

- Um, solicitou esclarecimentos relativamente à requalificação do Bairro Car do Zambujal, bem como da demolição da sede da Associação; -----
- Dois, relativamente à futura urbanização que irá ser construída no local do antigo campo do Loures, sugeriu que fosse realizada uma reunião de esclarecimento, sobre a referida urbanização, nomeadamente, sobre o projeto;
- Três, relativamente ao Centro de Saúde de Santo Antão do Tojal, manifestou o seu descontentamento, pelo facto de a população não ter sido convidada, aquando o lançamento da primeira pedra; -----
- Quatro, questionou o custo do monumento alusivo ao Carnaval, em Loures; -
- Manifestou, ainda, o seu descontentamento, quanto ao valor que irá custar o concerto do Pedro Abrunhosa, nas celebrações do “25 de Abril”, bem como ao facto de as questões que coloca na Reunião de Câmara, não serem respondidas. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Deu nota que, relativamente às questões colocadas, serão dadas as respetivas respostas por escrito. -----

III - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dado conhecimento do seguinte documento:-----

- Ofício nº E/80413/2024, de 2024.03.26, do Presidente do Conselho de Administração da Loures Parque - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M., prestando conhecimento do Relatório de Contas de 2023, da Loures Parque - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M..-----

IV - ARQUIVO DE DOCUMENTOS:-----

--- Nos termos do artigo quinto do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, todos os documentos referenciados nas Propostas e não reproduzidos na Ata, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados, em suporte digital, na plataforma eletrónica “Acesso à Ordem do Dia”, com exceção dos documentos a seguir identificados, que ficam arquivados, em suporte papel, junto às Propostas, em pasta anexa ao Livro de Atas:-----

- Proposta de Deliberação n.º 227/2024 – Documentos de Prestação de Contas, respeitantes ao ano económico de 2023;-----

- Proposta de Deliberação n.º 228/2024 – Documentos de Prestação de Contas E Relatório de Gestão do ano económico de 2023 dos SIMAR;-----

- Ofício nº E/80413/2024, de 2024.03.26, do Sr. Presidente do Conselho de Administração da Loures Parque - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M., prestando conhecimento do Relatório de Contas de 2023, da Loures Parque - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M..-----

--- SEGUIDAMENTE, POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, AO ABRIGO DO ESTATUÍDO NO N.º 3 DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO N.º 4 DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, FORAM APROVADAS EM MINUTA, AS PROPOSTAS DELIBERADAS NA PRESENTE REUNIÃO, APÓS PRÉVIA DISTRIBUIÇÃO, EM SUPORTE DIGITAL, A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. -----

--- Eram treze horas e cinquenta e seis minutos, quando foram encerrados os trabalhos constantes da Ordem do Dia, nos termos que ficam descritos. -----

--- A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Gestão e Modernização Administrativa.-----

--- A PRESENTE ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, MAIO, VINTE E NOVE, NÃO TENDO PARTICIPADO NA VOTAÇÃO, OS SENHORES VEREADORES, BRUNO MIGUEL DE OLIVEIRA NUNES, JOÃO MANUEL DA SILVA COSTA E PEDRO HENRIQUES DE ALMEIDA MATIAS E A SENHORA VEREADORA VÂNIA ISABEL MARQUES PEREIRA CAMPANIÇO, POR NÃO TEREM ESTADO PRESENTES NA REUNIÃO. FOI DISPENSADA A SUA LEITURA UMA VEZ QUE A MESMA HAVIA SIDO DISTRIBUÍDA PELOS MEMBROS DO EXECUTIVO, COM ANTECEDÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 4.º DO DECRETO-LEI N.º 45 362, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1963. -----

O Presidente da Câmara,

O Secretário,